

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
RAMONA APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA**  
**Uma análise do período desenvolvimentista e neoliberal**

**TRÊS RIOS**

**2010**

**RAMONA APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA**  
**Uma análise do período desenvolvimentista e neoliberal**

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na área de desenvolvimento econômico, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Professor Sebastião Ferreira Cunha

Três Rios

2010

**RAMONA APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA**  
**Uma análise do período desenvolvimentista e neoliberal**

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na área de desenvolvimento econômico, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Professor Sebastião Ferreira Cunha

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof: Msc. Sebastião Ferreira Cunha  
UFRRJ

---

Prof: Msc. Alexandre Laino Freitas  
UFRRJ

---

Prof: Msc. Joelson Gonçalves de Carvalho  
UFRRJ

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu professor e orientador Sebastião por toda sua paciência para comigo e também a minha família e amigos, em especial Ana Paula Pereira Candido e Fabrício Araujo de Moraes Neves, pela força e amizade durante toda esta nossa jornada.

*“Ao preparar-me para as batalhas, sempre concluía que os planos são inúteis, mas o planejamento é indispensável.”*

*Dwight D. Eisenhower (Presidente dos EUA 1890)*

## RESUMO

Os países que compõem o bloco latino-americano sempre se encontraram em desvantagem frente aos países centrais por serem economias agro-exportadoras e importadoras de produtos industrializados com maior valor agregado. Esta típica divisão internacional do trabalho, ao longo prazo acabava gerando uma deterioração nos termos de intercâmbio, pois cada vez mais eram necessários mais produtos agrícolas para se trocar por uma unidade de bem manufaturado. Com os acontecimentos conjunturais da época, a crise dos anos 30 e as duas Grandes Guerras mundiais, estas economias encontraram dificuldades em exportar seus produtos e também de importar bens industrializados e conseguir créditos dos países centrais. Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que propôs um modelo de desenvolvimento voltado para o fortalecimento do mercado interno através da política de substituições de importações. Este modelo que durou até meados dos anos 70, foi substituído na década de 90 pelo modelo neoliberal que foi introduzido na América Latina através das ideias contidas no documento conhecido como Consenso de Washington. Este trabalho se propõe fazer uma breve análise dos dois modelos de integração regional adotados pelas nações latino-americanas: o desenvolvimentista e o neoliberal. Os dois modelos apresentam vários pontos de divergência, uma vez que o desenvolvimentista considera a participação do Estado como uma condição indispensável para que o desenvolvimento econômico aconteça e o neoliberal propõe um modelo capitaneado pelo mercado, ou seja, sem a interferência do Estado. A pesquisa procura mostrar o débil desempenho econômico que o país sofreu durante a década de 90, que ocasionou um baixo nível de crescimento econômico e um aumento no nível de desemprego e exclusão social.

**Palavras chaves:** desenvolvimento econômico, desenvolvimentista e neoliberalismo

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>09</b>
<b>Cap. 1: Desenvolvimento da América Latina Através das políticas cepalinas</b>	<b>11</b>
1. Desenvolvimento das economias latino-americanas – Cepal	11
1.1 O processo de desenvolvimento “para fora”: Primeira fase	11
1.1.2 O esgotamento do modelo agro-exportador cafeeiro– uma breve síntese	14
1.2 A divisão internacional do trabalho	16
1.3 A deterioração nos termos de troca	18
1.4 Desenvolvimento “para dentro” – Uma visão Cepalina	20
1.4.1 Substituição de Importações – Uma forma de desenvolvimento “para dentro” das economias latino-americanas	23
1.5 O colapso do modelo de substituição de importações	27
1.6 A nova crise estrutural: Os EUA perde a hegemonia econômica para o Japão e Alemanha	28
<b>Cap. 2: O Consenso de Washington: Uma visão neoliberal dos problemas da América Latina</b>	<b>30</b>
2. Desenvolvimento das economias latino-americanas – Consenso de Washington	30
2.1 O Neoliberalismo como política de desenvolvimento	30
2.2 Consenso de Washington – Uma breve introdução	31
2.3 O Consenso de Washington no Brasil	36
<b>Cap. 3: Desenvolvimentista ou Neoliberal – Qual dos dois modelos teria sido o mais adequado para o desenvolvimento latino-americano?</b>	<b>41</b>
3. Desenvolvimento das economias latino-americanas – Cepal e Consenso de Washington	41
3.1 Análises dos modelos de desenvolvimento	41
3.2 Crescimento Econômico	42
3.2.1 Crescimento, PEA e setores econômicos	44
3.3 Privatização X desemprego	46
3.4 Desigualdade Social e distribuição de renda	50
3.5 A segunda década perdida	51
Conclusão	53
<b>Bibliografía</b>	<b>54</b>

## **ILUSTRAÇÕES**

### **TABELAS**

Tabela 1: Composição do comércio internacional

Tabela 2: Café destruído pelo Governo Federal e produção nacional (1931 – 1935) – toneladas

Tabela 3: Evolução dos coeficientes de importação em países escolhidos

Tabela 4: Evolução dos coeficientes de industrialização em países escolhidos

Tabela 5: Abertura Comercial (comparação de índice Brasil – EUA)

Tabela 6: Variações PIB (1947-2004)

Tabela 7: Taxas anuais de crescimento econômico do PIB e da PEA – Brasil (1951 – 2000)

Tabela 8: Taxas anuais de crescimento econômico do PIB por setor de atividade econômica – Brasil (1951 – 2000)

Tabela 9: Empresas Estatais privatizadas após 1990

Tabela 10: Nível desemprego na cidade de São Paulo (1986 -1999)

Tabela 11: Índice de desigualdade social no Brasil

Tabela 12: Balança Comercial: Exportações e Importações (US\$ milhões)

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1: Participação dos setores no Valor adicionado (1928 – 1945)

Gráfico 2: Variações do PIB brasileiro (1947 – 2004)

Gráfico 3: Privatizações do Brasil (1881 – 1998)

Gráfico 4: Distribuição de renda no Brasil – 1999

## INTRODUÇÃO

Depois da Revolução industrial o mundo ficou dividido basicamente em dois grupos: os produtores de produtos primários e os que produziam bens industrializados. A América Latina se encontrava no primeiro grupo, economias produtoras de produtos primários de baixo valor destinados a exportação. Sua atividade produtiva era baseada em um dualismo, ou seja, setores capitalistas e “pré-capitalistas” especializados apenas em alguns produtos do setor primário. Em contra partida as nações desenvolvidas se especializavam em vários setores da economia e eram responsáveis pela produção de produtos mais elaborados e com um valor superior aos produzidos pelos países latino-americanos. Esta diferença gerava, a longo prazo, uma deterioração nos termos de intercâmbio entre as economias centrais e periféricas. Durante muitos anos o desenvolvimento desses países foi através da expansão das exportações, ou seja, um desenvolvimento “para fora”. Porém, com as sucessivas crises e as duas grandes guerras mundiais que envolveram diversas economias industrializadas, ocasionou uma diminuição das importações de produtos primários por parte destes países e conseqüentemente uma queda no nível de exportação dos países periféricos. A periferia também encontrou dificuldades na sua capacidade de importar bens industrializados e também de conseguir créditos para comprar o excedente de produção.

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) com o objetivo de impulsionar as economias do bloco latino-americano para o tão sonhado desenvolvimento através de políticas desenvolvimentistas que visavam o fortalecimento dos mercados internos nacionais e a substituição de importações. Nesta época o setor externo deixou de ser o principal gerador de renda para o país, sendo substituído pelo setor interno, que passa ser a partir de então, mais dinâmico e de maior importância para a economia do país. Este modelo foi aderido por boa parte das economias da região e durou até o final dos anos 70, quando entrou em colapso. Após o período de transição, 1980 a 1989, conhecido como década perdida, a ideologia neoliberal começa a ser implantada nos países periféricos. Em 1989 realizava-se em Washington uma reunião entre o governo dos EUA, alguns funcionários do FMI e o Banco Mundial com a finalidade de “resolver” os problemas dos países da América Latina. As conclusões desta reunião ficaram conhecidas como Consenso de Washington, um conjunto de ideias neoliberais a fim de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através da limitação do poder do

Estado (Estado mínimo) do livre comércio e das privatizações. No Brasil a implantação do neoliberalismo ocorreu com a vitória de Fernando Collor de Mello candidato nitidamente conservador. Começa então a grande ofensiva da ideologia neoliberal.

O presente trabalho busca diferenciar as teorias e apontar as divergências dos resultados os dois modelos de desenvolvimento econômico adotados pela América Latina e mostrar em que período o país apresentou melhores índices de crescimento econômico e menores índices de desemprego e concentração de renda. A pesquisa será feita através de revisões bibliográficas dos principais autores que escreveram sobre o tema abordado.

Os capítulos serão divididos de acordo com o universo a ser tratado. O primeiro capítulo delimita-se a uma análise do primeiro modelo de desenvolvimento econômico, o desenvolvimentista proposto pela Cepal, com o objetivo de fortalecer o seu mercado interno através da substituição das importações. No segundo capítulo iremos analisar o modelo de desenvolvimento econômico que tinha como base as ideias neoliberais, modelo introduzido no Brasil nos anos 90 através do documento conhecido como Consenso de Washington. Daremos uma maior ênfase à década de 90, pois foi neste período que o neoliberalismo se mostrou com uma maior força nos países da região. Já no terceiro capítulo faremos uma breve comparação dos dois modelos de integração regional implantados na América Latina a fim de concluir em qual dos dois períodos o país apresentou melhores índices de desenvolvimento.

## **Capítulo 1: Desenvolvimento da América Latina através das políticas cepalinas.**

### **1. Desenvolvimento das economias latino-americanas - CEPAL**

Nesta sessão vamos abordar o processo de desenvolvimento do bloco formado pelos países que compõem a América Latina que durante muitos anos ficaram em desvantagem em relação aos países centrais devido ao fato de serem economias agro-exportadoras e importadoras de produtos com um maior valor agregado. Serão analisadas partes do período agro-exportador, fase em que os países visavam o desenvolvimento através da expansão das exportações, e o período da substituição das importações, que visava o desenvolvimento através da diminuição das suas importações e a produção interna do que antes era importado, podendo assim diversificar suas exportações, deixando de ser economias heterogêneas. Serão abordados também assuntos como a deterioração dos termos de intercâmbio entre o centro e a periferia e a divisão internacional do trabalho.

#### **1.1 O processo de desenvolvimento “para fora”: primeira fase**

O processo de industrialização começou no final do século XVIII, na Inglaterra, com a Revolução Industrial. Na metade do século XIX, esta revolução se caracterizou por ser um fenômeno essencialmente inglês. Porém, no final deste século a revolução acabou se expandindo para vários países da Europa e também para os Estados Unidos. Todavia, este processo começou de forma “isolada”, ou seja, nem todos os países do mundo participaram desta primeira fase (FURTADO, 1970, p. 55).

No início do século XX, a principal característica da economia brasileira, e de toda a América Latina, era ser agro-exportadora, ou seja, a produção era concentrada em alguns produtos primários (quase sempre um ou dois produtos), voltados ao mercado externo. O Brasil, por exemplo, boa parte da sua dinâmica econômica estava voltada para o setor cafeeiro (FURTADO, 1970, p. 123). Sua estrutura produtiva era baseada na heterogeneidade e na especialização, ou seja, um dualismo estrutural constituído por setores capitalistas e pré-capitalistas, com especialização apenas em um setor da economia, o primário-exportador. O setor

primário voltado para a exportação alcançava um dos níveis tecnológicos mais altos do mundo e os outros setores da economia utilizam tecnologias obsoletas gerando uma produtividade do trabalho muito inferior as das economias centrais. Em contraste com a estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos, as dos centros se diferenciavam por serem diversificada e homogênea. (RODRIGUEZ, 1981, p. 38). A produtividade nas economias latino-americanas era baixa em todos os setores, exceto o setor primário que era voltado para exportação. Essa heterogeneidade reduzia a possibilidade de aumentar o nível de poupança nessas economias, limitando a acumulação de capital e, conseqüentemente, o seu crescimento. No setor público a acumulação de poupança era limitada devido à estrutura fiscal obsoleta; já no setor privado esta se limitava devido aos padrões de consumo praticados pelas classes mais ricas da população (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 32). Segundo Furtado (1970, p. 71) “Esse tipo de desenvolvimento era quase sempre de caráter extensivo, isso é, permitia aumentar a produtividade econômica dos fatores disponíveis sem exigir modificações significativas nas formas de produção”. Substituir uma agricultura de subsistência, por exemplo, o cultivo de milho, por uma voltada para a exportação, como era o caso do café, ocasionava uma elevação na produtividade sem que para isso tivesse que se ocorrer alterações significativas na produção.

As exportações de produtos primários representavam grande percentual de renda do país, e a demanda por produtos industrializados era suprida através das importações. “A especialização na produção permitiu a elevação da produtividade e da renda (...). Uma alta concentração de renda significava predominância do consumo de objetos de luxo, os quais, quando provenientes da indústria manufatureira, deviam ser necessariamente importados” (FURTADO, 1970, p.124). Neste período analisado, a América Latina passou a ser um importante componente do comércio mundial, sendo uma das maiores fontes de matérias-primas para os países desenvolvidos. Em 1913 sua participação nas exportações mundiais de cereais chegou a 17,9%, nos produtos pecuários 11,5% e na de bebidas como o chá o cacau e o café chegou a 62,1% (FURTADO, 1970, p. 67). Antes do primeiro conflito bélico, o comércio mundial de produtos primários cresceu a uma taxa similar ao dos produtos manufaturados (FURTADO, 1970, p. 69).

Nas economias centrais, as exportações eram um importante componente da renda nacional, porém este não era o único responsável pelo crescimento dessas economias. O investimento autônomo e as inovações tecnológicas, também foram de grande importância para que o desenvolvimento nestas economias ocorresse. No centro, diferente das economias latino-

americanas, as importações eram destinadas somente para suprir as necessidades de alimentos e matérias-primas que estes países não eram capazes de produzir de maneira satisfatória. A combinação das duas variáveis, exógenas e endógenas, permitiu a esses países o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior, juntamente com a diversificação e a capacidade produtiva interna. “Já na América Latina não só as exportações eram praticamente o único componente autônomo do crescimento da renda, como também o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia” (TAVARES, 1973, p.30).

Durante este período alguns países latino-americanos iniciaram seu processo de industrialização. A Argentina, por exemplo, com um elevado crescimento populacional devido às imigrações, com a urbanização e a infra-estrutura adquirida devido ao tipo de exportação, criou condições favoráveis ao processo de industrialização. Outro exemplo a ser citado é o caso do Brasil, que também reunia condições favoráveis para a industrialização, devido sua elevada produção de café que se realizava de forma intensa (FURTADO, 1970, p. 126). O desenvolvimento “para fora” deu lugar a um processo de urbanização que ocasionou o aparecimento das primeiras indústrias, chamadas de indústrias de bens de consumo interno, como, por exemplo, as de tecidos, vestuário, calçados, porém esta atividade industrial, juntamente com a agricultura de subsistência, era insuficiente para proporcionar a atividade interna um dinamismo próprio (TAVARES, 1973, p. 31). Como o setor externo era o que gerava maior rentabilidade, era inevitável um alto grau de concentração de renda, ocasionando uma má distribuição de renda. Desta forma, a maior parte da população auferia níveis de renda muito baixo enquanto uma pequena parcela dispunha de um nível de renda muito elevado, apresentando padrões de consumo similares aos dos países centrais (TAVARES, 1973, p. 32).

Com a Grande Depressão de 1929, este processo de industrialização que já havia sido iniciado em alguns países da América Latina foi altamente afetado. A crise não foi à única responsável pelo colapso no sistema agro-exportador, mas foi ponto relevante para que o setor entrasse em depressão. No Brasil, por exemplo, as crises de superprodução já vinham acontecendo antes mesmo da primeira Grande Guerra Mundial, porém, depois deste a situação veio só a decair (FURTADO, 1970, p.131). Com a crise, a capacidade dos países de importar os produtos de origem latina diminuiu significativamente, acarretando uma queda na receita. Esta queda limitou a capacidade de importação dos latino-americanos em cerca de 50% (TAVARES, 1964, p.222). Com a primeira Grande Guerra ocorreram significantes modificações nas

tendências a longo prazo da economia mundial. Essas modificações ficariam mais acentuadas com a crise de 1929. A modificação mais significativa ocorreu nos anos cinquenta, quando a participação dos bens primários no comércio internacional já não era mais a mesma apresentada em 1913 antes do primeiro conflito e da Grande Depressão (FURTADO, 1970, p.69).

A tabela abaixo nos mostra a composição do comércio internacional no ano de 1913, fase de expansão das exportações e nos anos 50 quando a tendência do comércio internacional já havia sofrido modificações.

Tabela 1. Composição do comércio internacional – 1913 a 1953 (*quantum*)

	1913	1953
Gêneros alimentícios	29	23
Matérias-primas agrícolas	21	14
Mínerias	13	20
Manufaturas	37	43

Fonte: Furtado; 1970

Depois da crise dos anos 30 o setor exportador sofreu grande impacto, porém os países periféricos não mergulharam em uma prolongada depressão como as economias centrais. Isso porque os governos optaram por adotarem políticas de defesa dos seus mercados internos contra os efeitos da crise, elevando sua taxa de câmbio, restringindo as importações, financiando estoques e comprando os excedentes de produção a fim de estimular a atividade interna (TAVARES, 1973, p.33).

A crise de 1929 foi um dos pontos chave para a ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico através da expansão das exportações. “A partir deste momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais, provocadas pelo declínio ou crescimento insuficiente do setor exportador” (FURTADO, 1970, p.131).

### 1.1.2 O esgotamento do modelo agro-exportador cafeeiro – uma breve síntese

O modelo agro-exportador baseado no setor cafeeiro ocasionou no século XIX um elevado crescimento econômico no país. Neste período, a produção asiática enfrentou um período de grande dificuldade que acabou destruindo os cafezais da ilha do Ceilão. O café então passou a ser o principal produto de exportação brasileira. A inflação de crédito também foi de grande

estímulo para os produtores da época, pois acarretou a elevação dos preços do produto devido à depreciação cambial e uma maior facilidade de crédito para o financiamento de novas terras para a expansão da produção. A produção brasileira, que era de 3,7 milhões de sacas em 1880-81, passou para 16,3 milhões em 1901-02 (FURTADO, 1959, p.177).

Com a elevação significativa da produção de café no país, a grande oferta de mão-de-obra devido ao aumento das imigrações e a abundância em terras que permitiam os “Barões do café” expandir as áreas plantadas, os preços desses produtos só tenderiam a cair no longo prazo. Mesmo com períodos de baixa de preços a produção continuava a aumentar, não devido ao aumento da demanda, mas sim devido à fartura de mão-de-obra e terras disponíveis. O Brasil apresentava condições favoráveis para o cultivo deste produto, o que acarretou aos cafeicultores controlar boa parte da oferta mundial. Com a primeira crise de superprodução, e tentando se defender das bruscas quedas de preço que o produto vinha sofrendo ao longo do tempo, os empresários brasileiros se viam em uma situação bem mais vantajosa entre os produtores de produtos primários. O que esses grandes produtores necessitavam eram de recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado. O governo então se encarregava desta tarefa, comprando e queimando todo o excedente de produção, a fim de garantir a valorização do produto que na época era o setor mais rentável. Eles reduziam artificialmente a oferta de café no mercado para garantir que os preços dos mesmos não caíssem (FURTADO, 1959, p.179).

A tabela abaixo mostra em toneladas a quantidade de excedente de café comprada e destruída pelo governo brasileiro.

Tabela 2. Café destruído pelo Governo Federal e produção nacional (1931 - 1945) - toneladas

Ano	A Toneladas destruídas	B Quantidade produzida	% de A sobre B
1931	169.547	1.301.670	13,03
1932	559.778	1.535.745	36,45
1933	821.221	1.776.600	46,22
1934	495.947	1.652.538	30,01
1935	101.587	1.135.872	8,94
1936	223.869	1.577.046	14,20
1937	1.031.786	1.460.959	70,62
1938	480.240	1.404.143	34,20
1939	211.192	1.157.031	18,25
1940	168.964	1.002.062	16,86
1941	205.370	961.552	21,36
1942	138.768	829.879	16,72
1943	76.459	921.934	8,29
1944	8.127	686.686	1,18
<b>Total</b>	<b>4.692.855</b>	<b>17.403.717</b>	<b>26,96</b>
<b>1931 a 1944</b>			

Fonte: Gremaud e Vasconcellos, 2002

Com a política de valorização do café, os cafeicultores conseguiram reforçar seu poder até 1930. Com os preços se mantendo firmes os lucros eram garantidos aos seus produtores. Mesmo com a grande depressão, que afetou boa parte da população mundial, os produtores de café continuaram a aumentar suas produções. Porém, com a crise o país não tinha como conseguir créditos para financiar a retenção dos novos estoques, já que este procedimento era feito com créditos internacionais. Sem créditos o governo não tinha como comprar o excedente das produções, acarretando um colapso do setor (FURTADO, 1959, p.186). Os preços começaram a cair e o mercado internacional não conseguia absorver toda a produção nacional, já que a demanda pelo produto era pouco elástica em relação ao preço. Esta situação acarretava uma diminuição ainda mais nos preços e uma depreciação da moeda (FURTADO, 1959, p.188).

Esta situação era uma típica divisão internacional do trabalho, assunto que veremos mais adiante, onde os países periféricos ficavam responsáveis pela produção de produtos primários e importavam das economias centrais bens manufaturados com maior valor agregado.

## 1.2 Divisão internacional do Trabalho

A divisão internacional do trabalho foi cunhada na Inglaterra no período da Revolução Industrial. Esta divisão correspondia a uma especialização das atividades econômicas em caráter

de produção, comercialização, exportação e importação entre distintos países do mundo. Cada país ficava responsável em produzir os produtos em que ele era superior. Na época da revolução industrial, a Inglaterra era a maior produtora de manufaturados, ficando os restantes dos países responsáveis por outros tipos de bens. A Inglaterra, por ser um país escasso em terras, importava produtos primários e pagava com produtos industrializados (FURTADO, 1970, p.56).

Esse sistema de divisão do trabalho proporcionou um crescimento econômico de muitos países que o integraram; tanto aqueles que se especializaram em atividades com maior nível tecnológico, como também aqueles que utilizaram mais rapidamente seus recursos naturais. Porém, como afirmavam os antigos mercantilistas, para que ocorresse o crescimento de uma comunidade, acontecia, em contrapartida, o empobrecimento de outra. Esse processo de industrialização fez com que cada grupo se “distanciasse” em estágios de desenvolvimento. (FURTADO, 1970, p.57). Esta divisão foi imposta pelas economias líderes e era totalmente destinada ao centro, ou seja, desfavorável para a periferia, que importava bens muito mais caros, acarretando uma deterioração nos termos de intercâmbio (troca). O grande problema do desenvolvimento “para fora” estava relacionado a esse sistema de divisão (TAVARES, 1964, p. 221). Segundo Tavares (1973, p. 32), a especialização se faz por diferenciação de produtos e não de setores, como era imposta pela divisão internacional do trabalho. Na América Latina esta divisão era entre setores, o setor externo da economia era bem definido, gerava uma rentabilidade alta e especializado em poucos produtos dos quais a maior parte é exportada e o setor interno com uma rentabilidade baixa era basicamente voltado para a subsistência

No novo período que se iniciava pós Primeira Guerra e crise de 1929, o sistema de divisão internacional do trabalho foi perdendo força e a demanda internacional por produtos primários despencou. Nos países de origem latina a crise assumiu dimensões ainda maiores já que das regiões subdesenvolvidas ela era uma das que mais haviam se integrado ao sistema de divisão internacional do trabalho. O setor mais moderno da América Latina estava ligado ao comércio exterior. No México e na Argentina cerca de 30% e 40%, respectivamente, do capital reprodutível existentes no país eram controlados por grupos estrangeiros, sendo que este tipo de sistema não era muito diferente nos demais países do bloco (FURTADO, 1970, p.72).

### 1.3 A deterioração dos termos de troca

É muito comum quando falamos em comércio internacional escutarmos o termo deterioração nos termos de troca ou intercâmbio. O termo deterioração dos termos de troca está ligando principalmente a produtos homogêneos ou *commodities*, produtos de origem agrícola e de base. Este termo veio como uma crítica a teoria de David Ricardo das *Vantagens comparativas*, que explica como o comércio entre dois países pode ser benéfico, mesmo quando um deles é mais produtivo na fabricação de todos os bens. O economista acreditava que o livre comércio poderia beneficiar dois países, mesmo que apenas um desses produzisse todos os bens de forma mais eficiente que o outro. Ricardo, assim com Smith, também argumentava que o país não precisava ter vantagem absoluta na produção de um determinado bem para que a comercialização entre ele e outro país seja satisfatória. O termo de deterioração nos termos de troca começou a ser utilizado pelos principais economistas para explicar a situação econômica dos países da América Latina.

A definição da deterioração dos termos de intercâmbio seria a queda no poder de compra de uma unidade de bens primários em relação a uma unidade de bens industrializados (RODRIGUEZ, 1977, p.3). Porém, não existe apenas uma única teoria formal da deterioração dos termos de troca. Há três formulações distintas entre si para explicar este fenômeno, são elas: a versão contábil, a versão ciclos e a versão industrialização.

Na primeira versão os instrumentos utilizados para a análise são apenas do tipo contábil ou de definição. Esta tem por objetivo estudar os efeitos da deterioração sobre a diferenciação no nível de renda do centro em relação a periferia (RODRIGUEZ, 1981, p.51). A definição da CEPAL sobre a deterioração nos termos de intercâmbio vem contrapor a teoria de divisão do trabalho. De acordo com as proposições propostas pelo processo de divisão do trabalho, ou seja, um processo produtivo voltado para a especialização, deveria trazer maiores vantagens para as economias menos desenvolvidas, porém isso não acontece. Os preços tendem a aumentar mais sobre os bens manufaturados do que sobre os bens primários, sendo assim, a deterioração nos termos de troca é totalmente desfavorável para os países subdesenvolvidos, pois, ao invés de os ganhos com produtividade serem transferidos das economias centrais para as periféricas, é essa que transfere seus ganhos com produtividade para o centro (RODRIGUEZ, 1981, p.53). Se os termos de troca melhorassem na mesma proporção para a produção industrial e primária, a renda real média nas duas atividades não iria se diferenciar, ou seja, irá ocorrer uma distribuição

igualitária do progresso técnico tanto para o centro quanto para periferia. Todavia, se os termos de intercâmbio forem melhores para a atividade industrial, a relação da renda real varia em favor das economias centrais. Sendo assim a renda real média seria ali maior do que na atividade primária (RODRIGUEZ, 1981, p.55).

A versão ciclos estuda as causas da deterioração e da diferenciação da renda entre os dois “pólos”. A explicação para o fenômeno, segundo a versão ciclos, está ligado à diferença dos salários das economias centrais e periféricas (RODRIGUEZ, 1981, p.52). A versão ciclos se propõe a explicar as flutuações e as tendências a longo prazo dos preços e da renda. De acordo com a CEPAL, no período de expansão econômica, os termos de troca se moveram a favor das economias subdesenvolvidas, porém em outros períodos os bens de origem primária vem perdendo esta vantagem anteriormente adquirida. Ocorre uma tendência a deterioração a longo prazo devido as flutuações cíclicas da economia capitalista. A versão ciclos sustenta-se a idéia de que “ as flutuações cíclicas da atividade econômica se caracterizam pela discrepância entre a demanda e a oferta global de produtos acabados – ou seja, de bens de consumo e de capital – e são provocadas por este desajuste” (RODRIGUEZ, 1981, p.59). Digamos que em um determinado período a demanda por equipamentos se eleve bruscamente. Este excesso de demanda faz pressão sobre os estoques e também na capacidade produtiva. O aumento da demanda gera novos empregos e uma elevação no nível de renda das pessoas que, conseqüentemente, ocasiona um aumento na procura de bens manufaturados, que por sua vez pressiona os estoques e a capacidade produtiva deste setor. Este processo tende a influir sobre as indústrias de bens de capital. Durante a fase ascendente do ciclo, o aumento da demanda ocasiona uma queda nos estoques, que acaba pressionando a capacidade produtiva (RODRIGUEZ, 1981, p.59). Sendo assim, na fase ascendente este excesso da demanda tende a ser confrontado com uma elevação nos níveis de preços, porém com o aumento da renda, a demanda por bens industrializados continua a se elevar, ocasionando novos aumentos nos preços dos produtos. A elevação dos preços se traduz em um aumento dos lucros dos empresários e também dos salários, porém o primeiro aumenta em uma proporção maior do que o segundo (RODRIGUEZ, 1981, p.60).

Segundo Rodriguez:

“(…) durante as expansões, aumentam os preços monetários das exportações periféricas e que a grandeza desse aumento depende de diversos fatores, entre eles, o vigor da competição dos centros, o grau de rigidez da oferta eventualmente existente, o tempo necessário para completar a produção de bens primários, em comparação com o

necessário para a produção industrial, o volume dos estoques acumulados antes de cada auge, etc. Considera-se que esses fatores fazem com que o aumento dos preços monetários das exportações periféricas seja maior que o das cêntricas, de tal modo que a relação de termos de intercâmbio melhora para a periferia nos períodos de auge. Assim, durante as fases de expansão cíclicas, os frutos do progresso técnico tendem a se transferir dos centros para a periferia. Mas nos documentos da CEPAL não indicam com precisão em que medida se realiza esta transferência. Isto é, não especificam se a melhora dos preços relativos chega a compensar a diferença de ritmos de aumento de produtividade do trabalho no centro e na periferia; e, consequentemente, a reduzir a diferença entre os respectivos níveis de renda real média” (RODRIGUEZ, 1981, p.61).

Desta forma conclui-se que os períodos de auge econômico sejam melhores para as periferias, porém mesmo nestas fases de auge, as rendas pagas aos recursos provenientes da periferia são menores que as pagas nas do centro. Em períodos de declínio econômico, os salários também diminuem mais nos países responsáveis por produtos primários do que os produtores de produtos manufaturados. A situação da periferia em período de expansão melhora, porém, em situações de declínio estas pioram com mais intensidade. Estas oscilações produzem uma tendência a logo prazo de deterioração nos termos de intercâmbio (RODRIGUEZ, 1981, p.84).

A terceira versão, a chamada versão industrialização, explica que a deterioração nos termos de intercâmbio está ligada à baixa elasticidade renda da demanda de produtos primários por parte dos países desenvolvidos, ou seja, a medida que a renda per capita nas economias centrais aumenta a absorção de produtos provenientes das periferias não se eleva na mesma proporção, e também pela desvantagem por parte das economias periféricas em relação a absorção de tecnologia, níveis de produtividade de trabalho e salários (RODRIGUEZ, 1981, p.52).

#### **1.4 Desenvolvimento “para dentro” – Uma visão Cepalina**

A industrialização dos países periféricos, na concepção centro-periferia é considerada um fenômeno espontâneo, uma mudança no processo de desenvolvimento que antes era “para fora” através da expansão das exportações, em um desenvolvimento votado “para dentro”, ou seja, através da ampliação da produção industrial interna. Os acontecimentos conjunturais da época, as duas grandes Guerras e a crise dos anos trinta, também foram de grande importância para que o processo de industrialização ocorresse. As guerras ocorridas no período dificultaram as importações de produtos manufaturados provenientes dos centros e também modificaram a composição da demanda de exportações tanto do centro quanto da periferia. A crise de 1929

provoca uma queda nos preços e no volume de bens primários exportados. A partir deste momento surgem condições favoráveis para a expansão do mercado interno e através da produção de bens similares aos que antes eram importados (RODRIGUEZ, 1981, p.43).

O ajuste *ex post* se deu devido a uma elevação nos preços relativos das importações, desestimulando as importações e estimulando a produção interna (TAVARES, 1973, p.33). As principais teses e teorias sobre desenvolvimento econômico centraram-se, durante muitos anos, principalmente no processo de industrialização das economias subdesenvolvidas. Uma das implicações centrais da teoria cepalina do subdesenvolvimento seria a industrialização dos países periféricos, causando assim, um crescimento na produtividade, no emprego e na renda do país. Celso Furtado e Prebisch foram uns dos economistas a estudar a teoria do desenvolvimento. A teoria tem por objetivo analisar as relações entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas – Centro/Periferia – e interpretar os problemas econômicos enfrentados pelos países que compõem a América Latina. “Os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos” (BIELSCHOWSKY, 1998, p.25). As economias periféricas, exatamente por serem economias pouco diversificadas, estavam sempre sujeitas a pressões pelos países centrais, para aumentarem as suas importações além do que era permitido pela expansão das exportações (BIELSCHOWSKY, 1998 p.25).

De acordo com Rodriguez, o desenvolvimento econômico nada mais é do que a elevação do bem estar material que normalmente é refletido pela elevação da renda real por habitante. Este acontece devido ao crescimento da produtividade média do trabalho. O crescimento da produtividade média do trabalho está ligado com o uso de métodos de produtividades indiretas cujo uso ocasiona a elevação da dotação de capital por habitante ocupado. A acumulação de capitais, por sua vez, impulsiona o progresso tecnológico, que é fundamental para que ocorra o desenvolvimento econômico (RODRIGUEZ, 1981, p.36).

Devido as condições de atraso em relação às técnicas produtivas, o processo de industrialização devido ao processo de substituição de importações começaria pelos setores mais “fáceis” da economia, onde não seria necessária uma grande quantidade de capital, e que exigissem pouca tecnologia, passando para setores cada vez mais sofisticados e exigentes de capital e tecnologia, ou seja, “a industrialização substitutiva leva necessariamente a uma mudança na composição das importações” (RODRIGUEZ, 1981, p.73).

Utilizando as técnicas já existentes foi possível substituir alguns bens que antes eram importados. As importações seriam limitadas, apenas matérias-primas e bens de capital necessários para o desenvolvimento industrial interno. Ocorre um aumento na participação da atividade interna na formação de Renda Nacional (TAVARES, 1973, p.34).

O processo de substituição de importações amenizava as importações, mas impunha novas exigências, devido às novas estruturas produtivas e do crescimento da renda (BIELSCHOWSKY, 1998, p.29). Como os investimentos no setor industrial dependiam de uma variável exógena, ou seja, dependiam do aumento da expansão das exportações, acabava gerando uma dependência com o mercado externo. Para superar esta dependência, seria necessária a diversificação do setor a fim de gerar demanda, instalando indústrias de equipamentos e outros produtos que fossem absorvidos pelo próprio setor industrial e também por outros setores da economia (FURTADO, 1970, p.134).

Ao contrário do que muitos economistas liberais acreditavam, a Cepal não defendia a idéia de uma “autarquia” para a América Latina, ela apenas propunha uma alteração na composição das importações. Em 1960 a Cepal passaria a defender a necessidade de políticas que estimulassem a diversificação das importações (BIELSCHOWSKY, 1998, p.30). A condição de periferia era interpretada pela Cepal como problemas que deveriam ser solucionados através de políticas econômicas e sociais bem administradas, tanto a nível nacional quanto internacional (BIELSCHOWSKY, 1998, p.42).

Para Prebisch, a expansão das indústrias de bens de capital é um dos fatores responsáveis pelo crescimento nas economias centrais, gerando um efeito positivo sobre a produtividade, lucros e demanda de emprego, gerando novos investimentos em máquinas e equipamentos. Portanto, a superação da condição periférica estaria ligada ao desenvolvimento da indústria de capital. O país deveria importar bens de capital, a fim de conseguir produzir internamente o que antes era importado. Para que a periferia primário-exportadora se desenvolva, seus estados nacionais devem aderir a políticas industriais e comerciais ativas (PREBISCH, 1949, p.73).

Segundo Prebisch:

“Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de seu trabalho, mediante a uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer a custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 1949, p.73).

Segundo Furtado, a melhor maneira de superar o subdesenvolvimento do país seria através de um fortalecimento dos mercados internos nacionais. Produzir internamente produtos industrializados similares aos que antes eram importados e adotar métodos de produção semelhantes aos das indústrias internacionais a fim de poder competir com o produto estrangeiro. Desta forma pode-se concluir que as inovações tecnológicas mais eficientes são aquelas que permitem ao produtor nacional aproximar-se mais das estruturas de custos e preços dos países exportadores de bens manufaturados e não as tecnologias de transformação mais rápida da estrutura econômica (FURTADO, 1961, p.261).

#### **1.4.1 Substituição de Importações - Uma forma de desenvolvimento “para dentro” das economias latino-americanas**

Como já foi dito anteriormente com as sucessivas crises no comércio exterior, as economias latino-americanas ficaram muito abaladas no período de 1914 a 1945. A crise de 1930, que afetou boa parte dos países centrais, foi o ponto principal para a ruptura desta visão de economia agro-exportadora (TAVARES, 1964, p.222). O colapso da capacidade de importar, a diminuição das exportações, e a dificuldade de conseguir financiamentos internacionais provocados pela Grande Depressão, acarretaram uma elevada modificação no processo evolutivo das economias latino-americanas, principalmente daquelas que já haviam iniciado o seu processo de industrialização. Esta contração no setor externo ocasionou dois tipos de reação: a) retornar ao modelo pré-capitalista, ou seja, uma agricultura de subsistência e artesanato; b) expansão do setor industrial através do mercado interno, produzindo internamente o que era importado. Este segundo caso é o que podemos chamar de substituição de importações, que podemos definir como sendo o aumento da participação da produção industrial destinada ao mercado interno (FURTADO, 1970, p.135).

A tabela 3 mostra a evolução dos coeficientes de importação de alguns países da América Latina. A estimativa é feita a partir de séries do PIB e das importações, calculadas a preços constantes.

Tabela 3: Evolução dos coeficientes de importação em países escolhidos Base: 1960

	Argentina	México	Brasil	Chile	Colômbia
1929	17,8	14,2	11,3	31,2	18
1937	13	8,5	6,9	13,8	12,9
1947	11,7	10,6	8,7	12,6	13,8
1957	5,9	8,2	6,1	10,1	8,9

Fonte: Furtado; 1970

No período de pós-crise, a queda do coeficiente de importação é substancial em todos os países analisados. No Chile este processo foi ainda mais intenso. Esta redução só foi possível devido ao crescimento do setor industrial, ou seja, um aumento do coeficiente de industrialização desses países. A tabela 4 mostra a evolução do coeficiente de industrialização com base em séries do PIB e da produção industrial calculada e preços de 1960 (FURTADO, 1970, p.137).

Tabela 4. Evolução dos coeficientes de industrialização em países escolhidos

	Argentina	México	Brasil	Chile	Colônia
1929	22,8	14,2	11,7	7,9	6,2
1937	25,6	16,7	13,1	11,3	7,5
1947	31,1	19,8	17,3	17,3	11,5
1957	32,4	21,7	23,1	19,7	16,2

Fonte: Furtado; 1970

O processo de substituição de importação só se concretizou nos países que haviam passado pela primeira fase da industrialização. Sendo assim, é possível aumentar a oferta sem que haja a necessidade de importar equipamentos adicionais e sem um investimento inicial de capital fixo. Uma expansão na renda monetária, que fosse capaz de anular o efeito de depressão causada pela diminuição do nível de emprego devido à contração nas atividades de exportação, era outra condição essencial para que ocorresse a substituição de importações. Lugares onde foram preenchidos todos esses “pré requisitos” ocorreram a rápida expansão industrial (FURTADO, 1970, p.141). A fim de defender os seus mercados internos em períodos de depressão cíclica, as economias latino-americanas privilegiaram as indústrias que possuíam uma demanda menos elástica, ou seja, as de consumo geral, pois estas são mais fáceis de serem comprimidas para fazer face a uma queda brusca da capacidade de importar (FURTADO, 1970, p.142).

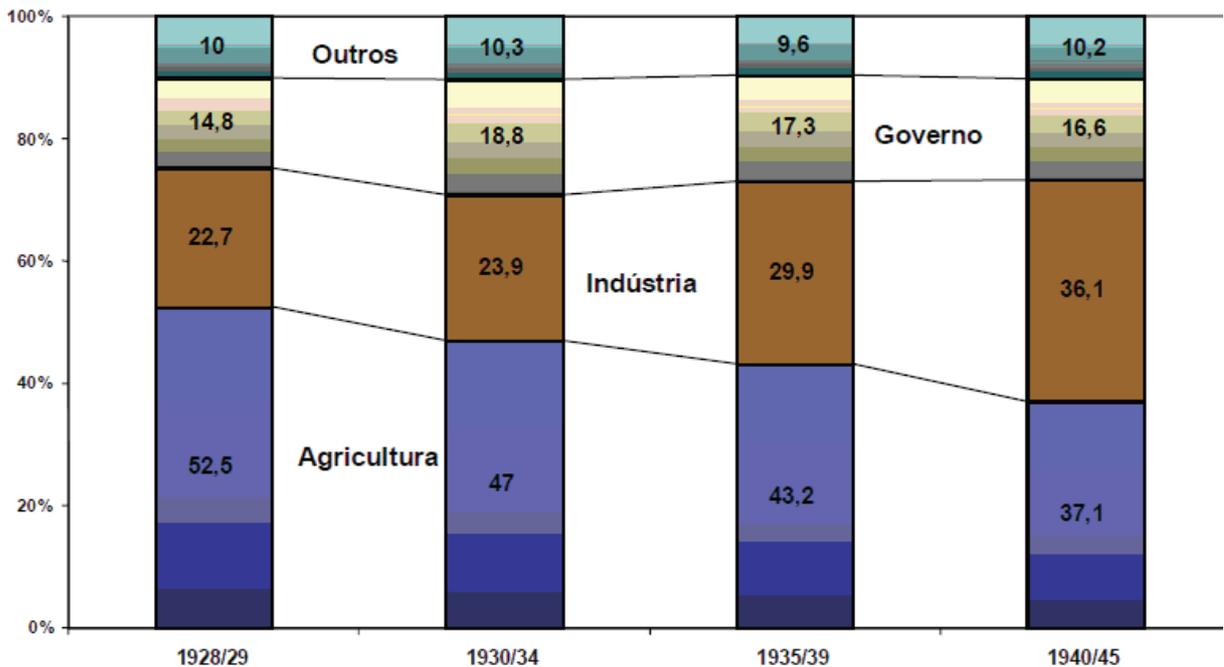
Devido ao desequilíbrio externo que estava ocorrendo naquele momento, muitos governos adotaram medidas para satisfazer seus mercados internos. Estas medidas consistiam basicamente

em um maior controle das importações, elevação na taxa de câmbio e na compra de excedente da produção visando defender e estimular a atividade do mercado interno. Utilizando a capacidade que já existia foi possível substituir uma boa parcela dos bens que antes eram importados. O primeiro ponto que devemos analisar é a mudança das variáveis dinâmicas da economia. A principal variável exógena, ou seja, as exportações foram substituídas pela variável endógena, o investimento, que passaria a ter grande importância para a continuação do processo de desenvolvimento. O setor externo deixou de ser o principal fator responsável pelo crescimento da renda e foi substituída pela variável endógena (TAVARES, 1964, p.223).

Em 1948, o governo implantou um regime de controle cambial, com uma taxa de câmbio vigente, onde desestimulavam as importações de bens supérfluos e barateavam as importações essenciais para o processo de industrialização (bens intermediários e de capital). Devido este grande controle do câmbio aumentou o estímulo à implantação de indústrias nacionais substitutivas, principalmente de produtos duráveis, pois estes tinham proteção cambial dupla, tanto do lado de reservas de mercado como dos custos de produção. A partir de então, começou a surgir no país as primeiras indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros produtos duráveis. O aumento da demanda, decorrente da expansão industrial causou um desequilíbrio na balança de pagamentos e atrasos comerciais. Para resolver tal situação que afetava o país, em 1953 adotou-se uma reforma cambial em que substituiu o controle direto do câmbio por um sistema de leilões de divisas. Neste novo sistema se classificavam as importações em cinco categorias, de acordo com o seu grau de necessidade. Este sistema tornou a produção de vários produtos básicos muito mais atraente. (TAVARES, 1973, p.71).

O setor externo não perdeu importância no processo de desenvolvimento do país, apenas houve uma mudança na sua função. Este deixaria de ser o principal fator responsável pelo crescimento da renda, passando a ser responsável pelo processo de diversificação da estrutura produtiva do país (TAVARES, 1964, p.224). Segundo Maria da Conceição Tavares: “O processo de substituição de importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo as restrições do comércio exterior, procurou repetir, aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.” Este processo esteve presente em quase todas as nações latino-americanas (TAVARES, 1964, p.225). No gráfico abaixo podemos ver como que ao logo dos anos, o investimento no setor industrial se elevou.

Gráfico 1: Participação dos Setores no Valor adicionado (1928 – 1945) - Brasil



Fonte: Gremaud e Vasconcellos - 2002

Até 1929, boa parte da capital fluía para o setor primário voltado a exportação, pois este era o que gerava maior rentabilidade para os países da América Latina. Com a Grande Depressão, a diminuição das importações de bens primários por parte dos países centrais, a redução da capacidade de importar e também a dificuldade de conseguir créditos internacionais, as economias agro-exportadoras começam a investir em seus mercados internos através da política de substituição de importações. O setor industrial começa a crescer gradativamente durante os anos, até chegar a 36,1% em 1940/45 contra 37,1% do setor primário-exportador. No Brasil, por exemplo, a queda no setor cafeeiro fez com que o capital migrasse para outros setores da economia, ocasionando um aumento do investimento no setor industrial do país.

O período de maior desenvolvimento econômico brasileiro foi de 1956 a 1961 devido a uma maior participação do Governo tanto direta quanto indiretamente e também devido a entrada de capital estrangeiro privado e oficial a fim de financiar os investimentos nos demais setores do

país. Neste período, indústrias dinâmicas, como as automobilística, de material elétrico pesado, de construção naval e de bens de capital, e também indústrias de base como petrolífera, siderúrgica, e metalúrgica se instalaram por aqui (TAVARES, 1973, p.72).

Resumindo, o desenvolvimento “para dentro” das economias latino-americanas está obrigatoriamente relacionado com a industrialização das mesmas. Este processo se realiza através da ampliação dos mercados internos, ou seja, produzir produtos similares aos que eram importados. Para que esta industrialização substitutiva aconteça de forma favorável é preciso limitar as importações de bens que passaram a ser produzidos internamente e também de bens considerados supérfluos, para que assim se possa aumentar as importações necessárias para o processo de industrialização (máquinas e equipamentos). A industrialização através da substituição das importações causa um aumento na produção e na renda em níveis superiores aos das importações e exportações. Este causa uma queda no coeficiente de importação e também no de exportação. O processo de substituição de importações está ligado a uma mudança na composição das importações (RODRIGUEZ, 1981, p.74).

### **1.5 O colapso do modelo de substituição de importações**

A partir de 1973 o modelo de substituição de importações começa a esgotar suas possibilidades de continuidade. Em vários países da América Latina o processo de desenvolvimento através da substituição de importações não continuou devido à inexistência de um parque industrial diversificado que lhes desse capacidade de avançar para novas etapas de substituições. Para muitas nações latino-americanas a produção de bens de capital, por exemplo, era mais difícil devido a falta de recursos tanto materiais quanto humanos, isso acabava dificultando investimentos em setores que necessitavam de maiores recursos e tecnologia. Já o caso brasileiro é bem distinto das demais economias periféricas, pois o seu processo de desenvolvimento através da substituição foi mais intenso que nos demais países da região, pois o Brasil já possuía um grau de industrialização mais avançado que lhe permitiu substituir vários produtos com técnicas já existentes. Segundo Tavares (1973), a continuação deste processo levaria a uma desaceleração do crescimento da economia, a razão para esta desaceleração seria a nova composição das importações. Devido a natureza dos novos produtos que faziam parte da pauta de importações, as substituições levariam a inversões, ocasionando um crescimento, pelo

menos a curto prazo, decrescentes. Quando o processo de substituição atinge uma fase mais avançada o que resta para ser substituído são essencialmente os bens de capitais e materiais para investimento, porém as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade (uma vez esgotada a reserva de mercado) e a demanda de bens de capital por partes dessas indústrias são será a curto prazo (TAVARES, 1973, p.117).

A relação de troca do Brasil com resto dos países no final dos anos 70 começa a cair bruscamente. Esta queda se deu não apenas ao aumento do preço do petróleo, como se costume escutar, mas também ao aumento dos preços dos produtos provenientes do centro. De 1978 a taxa de juros internacional não parou de crescer, passando de 10,9% em 1979 para 19,5% em 1982, em contra partida nosso termo de troca caiu. Isto ocasionou um aumento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que passou de US\$6,9 bilhões em 1978 para US\$16,3 bilhões em 1982. Os encargos da dívida, que representava 64% das exportações subiram para 97% em 82. Com a dívida crescendo cada vez mais, não haveria como levar adiante o processo de substituição de importações e continuar crescendo e ao mesmo tempo pagar os juros da dívida externa (SOUZA, 2009, p.146 – 148). O modelo de substituição chega então a seu estágio final, necessitando desta forma de um novo modelo de desenvolvimento econômico auto-sustentado (TAVARES, 1973, p.117).

## **1.6 A nova crise estrutural: Os EUA perde a hegemonia econômica para o Japão e Alemanha**

No fim dos anos 60 os Estados Unidos perdem a corrida tecnológica para o Japão e a Alemanha ocasionando um declínio na economia e uma crise estrutural no país. Esta nova crise estrutural afetou toda a economia capitalista mundial, porém na nação estadunidense esta crise tomou percussões maiores. A nação que antes mantinha uma considerada “distância” entre os outros países desenvolvidos via-se ameaçada com as novas potências que estavam surgindo no início dos anos 70 (SOUZA, 2008, p.59)

Após serem totalmente devastados pela guerra, a Alemanha e o Japão tiveram que praticamente começarem do zero, ou seja, reconstruir praticamente toda a sua economia. Neste período o papel dos Estados Unidos foi de grande importância, através do Plano Marshall que visava a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra

Mundial. O principal objetivo dos Estados Unidos com esta “ajuda” consagrada a esses países, era de impedir o avanço do socialismo nesta região. Durante este processo de reconstrução esses países foram construindo suas economias a base de tecnologias mais avançadas, como o Japão, por exemplo, que se tornou líder em vários setores da economia, como o automobilístico, o eletrônico e os bens de capital. Enquanto isso o EUA permanecia com as mesmas tecnologia de antes da guerra (SOUZA, 2009, p.60).

Segundo Souza (2009, p.61), a produtividade passou a crescer mais rapidamente no Japão e na Alemanha do que nos Estados Unidos. No período de 1960 a 1976 o crescimento da produtividade no Japão chegou a 289%, da Alemanha em 145%, enquanto nos EUA o crescimento foi de apenas 57%. Esses países passaram a assumir a liderança tecnológica mundial.

No anos 90 o governo estadunidense realizou uma tentativa para levantar sua economia que estava estagnada desde 1970. Neste mesmo período chegou-se a conclusão que uma das causas desta crise econômica estava ligado a elevação dos preços de matérias-primas provenientes da periferia e também na elevação dos salários reais dos trabalhadores dos Estados Unidos e principalmente pelo excesso de Estado na economia. A solução, então, era na implantação das ideias neoliberais, modelo que havia sido formulado no final da Segunda Guerra em oposição ao pensamento keynesiano. Segundo as ideias liberais, o mundo estaria passando por um processo de globalização e por isso não deveria mais existir fronteiras econômicas. Deste modo as relações econômicas em todo mundo teriam que ser reguladas pelo mercado sem qualquer intervenção do Estado. Esse ideário, juntamente com outras ideias formulada pelos neoliberais fazem parte do documento conhecido como Consenso de Washington. (SOUZA, 2009, p.122).

O fracasso das políticas desenvolvimentistas e os diversos conflitos mundiais que ocorrera tanto nas áreas políticas, sociais e econômicas possibilitaram as forças conservadoras a retomada do poder. A ideologia neoliberal estava ganhando ainda mais força. As políticas keynesianas e desenvolvimentistas, pouco a pouco foram sendo substituídas pelas políticas neoliberais. Esse modelo neoliberal tinham como base a desregulação, abertura econômica, privatizações de empresas estatais, diminuição do Estado e estabilização monetária (SOUZA, 2009, p.122).

## **Capítulo 2: O consenso de Washington – Uma visão neoliberal dos problemas da América Latina**

### **2. Desenvolvimento das economias latino-americanas – Consenso de Washington**

Nesta sessão abordaremos o processo de desenvolvimento dos países da América Latina na visão neoliberal através das idéias abordadas no Consenso de Washington. Estas ideias neoliberais formuladas por vários economistas visavam o desenvolvimento dos países do terceiro mundo através de privatizações de empresas estatais, restrição do poder do Estado (Estado mínimo) e também a abertura dos mercados para o comércio internacional. Este modelo era totalmente diferente do proposto pela Cepal, que buscava fortalecer o mercado interno através de políticas de substituição de importações.

#### **2.1 O Neoliberalismo como política de desenvolvimento**

A concepção neoliberal foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August Von Hayek, partindo do princípio de que o mercado deveria servir como base para a organização da sociedade. A doutrina foi criada como uma oposição ao Estado intervencionista e de bem estar social. Disciplina fiscal, abertura comercial, diminuição dos gastos públicos e privatizações, foram em tornos dessas ideias que o neoliberalismo (representados principalmente por Milton Friedman, dos EUA, e Friedrich August Von Hayek, da Grã Bretanha) foi implantando em vários países da América Latina. Este tipo de política é apresentado por muitos estudiosos como a melhor forma de interpretar esta nova fase mundial, a chamada globalização (CARCANHOLO, 2002, p. 12). Este conceito foi criado depois da Segunda Grande Guerra em alguns países da Europa e América do Norte, como uma reação contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995). Este modelo se concretizou no final da década de 70 e início dos anos 80 com as vitórias conservadoras de Margareth Thatcher (1979-1990) na Inglaterra, de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos e de Helmut Koll (1982- 1998) na Alemanha.

Com a crise dos anos 70, quando o capitalismo sofreu uma brusca recessão, a ineficácia do estado para controlar a crise e a elevação nas taxas de juros as ideias neoliberais começam a ganhar terreno (CARCANHOLO, 2002, p.16). A globalização era apontada como um fenômeno natural, sendo assim as política neoliberais eram as únicas capazes de desregulamentar os

mercado garantindo que todas as nações se desenvolvessem. A própria imprensa da época qualificava aqueles que não aderissem a nova “modernização pelo mercado” de retrógrados ou “dinossauros”. A implantação das idéias neoliberais passou a ser vista, como um sinônimo de modernidade (BATISTA, 1994, p.7).

Segundo Carcanholo (2002, p.18), as idéias neoliberalista partem do pressuposto de que os agentes individuais tomam decisões que favoresem interesses individuais e que estas decisões baseadas em interesses individuais não levam a um caos mas a uma harmonia social, já que estas fazem parte de uma ordem natural. Esta ordem tem grande expressão nos mercados e é responsável pela interação entre todos os interesses individuais, ocasionando, desta maneira, a manutenção da ordem natural. Por fim, a intervenção do mercado é algo indesejável já que esta abala a manutenção da ordem natural (CARCANHOLO, 2002, p.18). Para Friedman, o mercado competitivo é a melhor forma do homem de garantir as suas necessidades. Friedman também é contra a intervenção do Estado e argumenta que “a intervenção governamental é maléfica”. A intervenção deve ser limitada, sendo que o Estado deve intervir onde for necessário, como, por exemplo, em casos de monopólios e das externalidades de mercado. De acordo com esta ideologia, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (CARCANHOLO, 2002, p.20). O governo inglês foi o pioneiro na implantação da ideologia neoliberal. Thatcher elevou as taxas de juros, fez várias privatizações, como nas indústrias básicas do aço, eletricidade, petróleo, contraiu a emissão monetária, baixou bruscamente os impostos sobre rendimentos altos, e criaram altos níveis de desempregos (ANDERSON, 1995). A partir dessas ideias foi cunhado um documento que viria se chamar Consenso de Washington que propunha dez metas que deveriam ser seguidas pelos países subdesenvolvidos para que esses consensassem o tão almejado desenvolvimento econômico.

## **2.2 Consenso de Washington - Uma breve introdução**

No mesmo período em que Collor promovia sua campanha eleitoral no Brasil, no segundo semestre de 1989, realizava-se na capital da principal potência econômica mundial uma reunião entre o governo dos Estados Unidos, o Banco Mundial, vários funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a fim de tratar dos

problemas enfrentados pelos os países que compõem a América Latina. Diversos economistas latino-americanos estiveram presentes. O tema do encontro: “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*” visava avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região (BATISTA, 1994, p.6)

As conclusões tomadas nesta reunião teriam a denominação informal de “Consenso de Washington”, que nada mais era do que um conjunto de regras que os governos dos países periféricos deveriam adotar para alcançar o êxito econômico e o tão desejado desenvolvimento. Esta expressão foi cunhada pelo economista inglês e diretor do instituto que promoveu este encontro, John Willianson (BATISTA, 1994, p.6). De acordo com Batista as conclusões daquele encontro foram resumidas em dez tópicos, são eles:

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura;
3. reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. taxa de câmbio competitiva;
6. liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
7. eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. privatização, com a venda de empresas estatais;
9. desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. propriedade intelectual.

Este conjunto de regras sistematizava o que passou a chamar-se de “neoliberalismo”. O governo dos Estados Unidos visava com essas novas “regras” impostas aos países periféricos dois pontos específicos:

1. Encontrar novos mercados para suas mercadorias e capitais excedentes de suas corporações;
2. suprir-se de mão-de-obra e matérias-primas mais baratas a fim de melhorar sua capacidade de competir em mercados internacionais (SOUZA, 2009, p.125)

Embora essas conclusões do consenso de Washington tivessem caráter acadêmico, elas acabaram tornando-se uma espécie de “regra” imposta pelas agências internacionais para a concessão de créditos. Por exemplo, os países que precisassem de algum empréstimo do FMI, só conseguiriam o empréstimo se aderisse às novas regras impostas pelo consenso. Este consenso era um emaranhado de regras impostas principalmente pelo FMI e o Banco Mundial que os países periféricos devedores e ex-socialistas deveriam aderir para obter apoio político e financeiro das grandes potências mundiais e agências internacionais (CARCANHOLO, 2002, p.25). A queda do Muro de Berlin, representando o fim da Guerra Fria, e a decadência do socialismo soviético, facilitaram ainda mais a aceitação das idéias propostas pelo Consenso de Washington e a ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico proposto pela Cepal em que o Estado tinha participação intensa como regulador (BATISTA, 1994, p.7).

Conforme Paulo Nogueira Batista:

"apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam (...)" (BATISTA, 1994, p.18)

O modelo neoliberal do Consenso impunha uma “volta ao passado”, pois este pregava que seria mais eficiente o país se especializar em produtos nos quais ele possuía certa vantagem, ou seja, no caso das economias latino-americanas voltarem a serem economias primário-exportadoras. Portanto, contrapondo as políticas desenvolvimentistas, a ideologia neoliberal acreditava que a teoria das *Vantagens comparativas* de David Ricardo e a divisão internacional do trabalho eram “peças chaves” para o desenvolvimento das economias emergentes. O neoliberalismo pregava uma volta ao “*laissez faire / laissez passe*”, filosofia econômica que

defendia a existência de um livre comércio entre as nações, ao contrário do forte protecionismo devido as elevadas tarifas alfandegárias.

De acordo com o autor, o Consenso de Washington não tratou de novas formulações, mas apenas, de registrar a aprovação das políticas já recomendadas em momentos distintos e diferentes agências (BATISTA, 1994, p.6). Desta maneira, é possível dizer que o Consenso de Washington faz parte de um conjunto de reformas neoliberais que visa desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do papel do Estado.

Os países desenvolvidos porém, não adotaram todas as regras contidas no Consenso. Somente duas das dez “regras” foram adotados por essas economias que são elas: a desregulação financeira e a redução dos direitos trabalhistas. Já os países latino-americanos eram pressionados a adotar todo o conjunto do programa (SOUZA, 2009, p.123)

No final da década de 80 praticamente todas as nações da América Latina já tinha adotado as ideias neoliberais. Neste mesmo período, apenas três países do bloco latino americano ainda não tinham implantado o modelo, eram eles o Peru, Cuba e o Brasil. Este modelo defendido pelos Estados Unidos e pelos organismos internacionais de crédito, como sendo o responsável pelo tão sonhado desenvolvimento econômico, estava sendo pouco a pouco adotado por todas as economias latino-americanos. No início dos anos 90 o neoliberalismo foi adotado definitivamente, com exceção de Cuba, por toda a América Latina. O México e Chile<sup>1</sup> em 1985, a Bolívia em 1986, a Argentina e Venezuela em 1989 e o Brasil, Peru e Colômbia em 1990. No Brasil esta implantação se deu no Governo Collor em 1991, promovendo uma definitiva mudança nas diretrizes econômicas do país (SOUZA, 2008, p.203).

Segundo Bastista:

“As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importações de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o de soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1994, p. 18).

A América Latina passou a ser a única região em que os Estados Unidos ainda conseguia ter superávit comercial. Suas exportações para os países latino-americanos e Canadá tiveram um

---

<sup>1</sup> Ver Neoliberalismo chileno - Almeida 2009

grande aumento durante este período, que passou de US\$ 35 bilhões de dólares em 1987 para US\$ 92,6 bilhões de dólares em 1994, acarretando uma rápida deterioração das contas externas latino-americanas. O processo de abertura comercial havia acabado com muitas indústrias e ocasionando um elevado índice de desemprego na região. Setores inteiros foram afetados, como os de calçados, roupas e autopeças. Enquanto grande parte das nossas indústrias da região eram destruídas, outra era absorvida por grupos estrangeiros (SOUZA, 2009, p.128).

Em 1990 a Fiesp publicou um documento sob o título “ Livre para crescer –Proposta para um Brasil moderno” onde ela sugere a implementação de reformas virtualmente idênticas à consolidada em Washington. A proposta deste documento estava na revalorização da agricultura de exportação, ou seja, o país deixar o processo de industrialização para trás e se dedicar a exportação de produtos primários como foi até os anos 50. Estas reformas recomendadas pelo Banco Mundial e avaliadas pela Fiesp seriam aderidas pelo governo Collor (BATISTA, 1994, p.6).

Segundo Bastista:

“Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração nos termos de intercâmbio – e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas (BATISTA, 1994, p.7).

No final do ano de 1991 todos os países adotaram as políticas neoliberais, com exceção de Cuba, completando-se o alinhamento continental. Neste contexto de alinhamento, o governo estadunidense propôs em 1990 a “Iniciativa para as Américas” que tinha como objetivo fomar uma zona de livre comércio entre os países da América, a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. A criação de uma zona de livre comércio hemisférica foi desenvolvida pelo presidente norte-americano George Bush. O governo dos Estados Unidos queria ocupar o mercado da América Latina, a fim de usá-lo como plataforma de confronto com o Japão e a Alemanha (SOUZA, 2009, p.125). A expressão “zona de livre comércio” é apenas um acordo comercial para circulação de bens, serviços, mercadorias e investimentos, não incluindo a livre circulação de pessoas, de instituições comuns ou de estabelecimento de uma moeda única . A “Iniciativa para as Américas” mostrava os interesses do Governo estadunidense pelo bloco latino-americano, única região do planeta onde os Estados Unidos ainda conseguia ter superávits comerciais. A

criação da ALCA enfrentava grandes dificuldades pois existia grande resistência por parte de alguns governos da região.

Enquanto ocorria as negociações para a criação da ALCA, foi criado em 1992 a Zona de Livre Comércio da América do Norte o NAFTA. O tratado foi assinado em 1992 e tinha como membros o Canadá os Estados Unidos e o México onde o governo estadunidense era o centro, em torno do qual gravitavam o México e o Canadá (SOUZA, 2009, p.126).

### **2.3 O Consenso de Washington no Brasil**

No Brasil, na década de 80, as políticas neoliberais encontraram uma certa resistência, pois o país se encontrava em plena fase de industrialização tanto na área da informática quanto na da químico-farmacêutica. Somente com a posse do novo presidente do Brasil em 1990, Fernando Collor de Mello, o país passou a aderir aos postulados neoliberais propostas pelos Estados Unidos. Antes mesmo de ser eleito o novo presidente do país, em suas campanhas, já começou emitir opiniões que mostravam ter aderido ao ideário neoliberal. Em uma entrevista coletiva realizada antes de sua posse a presidência, declarou que era impossível o país se desenvolver sem capital estrangeiro. O ex-presidente estava disposto a realizar uma negociação bilateral com os Estados Unidos tanto na informática quanto sobre propriedade industrial. O país iria abrir mão da reserva de mercado da informática se esta fosse a condição para atrair capitais externos (BATISTA, 1994, p.27).

Durante a sua viagem a sede da Federação das Organizações Econômicas do Japão, Collor prometeu abrir ainda mais seus mercados aos produtos estrangeiros. O ex-presidente também afirmou que entre os aspectos para a retomada de desenvolvimento do país e para a queda da inflação estaria um plano de privatizações. E foram sobre essas ideias que Collor levou adiante sua curta passagem pelo governo brasileiro (SOUZA, 2008, p.204). O país deveria aderir a esta nova realidade implementando políticas afim de aumentar a abertura comercial para assim poder aproveitar os benesses da globalização. O atraso que o país se encontrava estava ligada as políticas protecionistas antes praticadas.

Essas ideias passariam a fazer parte do Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor. O ex-presidente eliminou obstáculos não-tarifários e reduziu de forma acelerada as barreiras tarifárias. Foi promovido de forma violentamente acelerada o processo de abertura

unilateral da economia, que já havia sido iniciada no final do governo Sarney. O principal objetivo desta rápida abertura comercial seria evitar o aumento de preços dos produtos nacionais. Sem barreiras e obstáculos para os produtos estrangeiros, a entrada desses no mercado nacional era inevitável, acarretando uma concorrência com os produtos domésticos. Collor não se preocupou em buscar contrapartidas para os produtos nacionais nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas contra práticas desleais de comércio de nossos competidores (BATISTA, 1994, p.28; SOUZA, 2008, p.204).

As medidas adotadas para “abrir” a economia, foram:

1. A isenção de qualquer tarifa de importação para cerca de mil produtos;
2. Eliminação ou redução da cobertura de barreiras não-tarifárias, como reservas de mercado, quotas, proibições etc;
3. Adoção de um cronograma de violenta e unilateral redução das tarifas de importação, que implicava baixar da média de 37,4% para 32,1% já em 1990 até 14,2% em 1994;
4. redução do grau de dispersão da estrutura tarifária, derrubando o desvio-padrão de 19,6% para 7%. (SOUZA, 2008, p.205)

Para Carcanholo (2002, p.29), o esgotamento do sistema de substituição de importações foi a explicação mais sensata para o Brasil ter ficado às margens do processo de globalização. Este processo se caracterizou por proporcionar o desenvolvimento industrial do país, ocasionando a concentração da renda. Esta concentração causa uma queda na taxa de crescimento da produtividade. Os defensores do neoliberalismo pregavam que um economia sem livre comércio não poderia ter uma elevada taxa de produtividade, gerando portanto, uma concentração de renda e, conseqüentemente, um elevado nível de pobreza. A proposta neoliberal para o desenvolvimento era simples: promover a abertura comercial e o livre comércio para assim, aumentar a produtividade, reduzindo a concentração de renda e a pobreza. O Plano Real manteve a política aderida por Collor e continuou com o processo de abertura comercial (CARCANHOLO, 2002, p.29).

A tabela abaixo mostra os índices de exportação e importação dos EUA, país que impôs o neoliberalismo, e do Brasil, país que aderiu as novas políticas.

Tabela 5 : Índices de exportação e importação - Brasil – EUA (1950-1990)

Abertura comercial (comparação de índices Brasil -EUA)				
	Brasil		EUA	
	Exp/PIB	Imp/PIB	Exp/PIB	Imp/PIB
1950	8,8	7,2	3,6	3,1
1960	4,6	6,3	4	2,9
1970	5,6	6,6	4,3	4
1980	8,4	9,9	8,4	9,3
1990	7,9	5,2	7	9

Fonte: Carcanholo – 2002

Analisando os dados da tabela acima podemos perceber que em termos de abertura comercial, o Brasil sempre teve índices mais elevados que os do Estado Unidos. Segundo dados do IPEA, a distribuição de renda está pior do que em 1992, contrapondo desta forma a afirmação dos defensores neoliberais, que uma abertura comercial diminui a concentração de renda. Neste mesmo ano, a renda dos 10% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres era de aproximadamente 5,7. Em 1996, depois da implantação do neoliberalismo, este índice chega a 6,36 (CARCANHOLO, 2002, p.31).

Em relação ao câmbio, no princípio, as taxas eram favoráveis pois estimulavam as exportações e desestimulavam as importações. Porém, durante o programa de estabilização econômica, o consenso propunha uma vinculação provisória da moeda nacional com uma “âncora externa”, ou seja, a uma moeda estrangeira (neste caso o dólar), mesmo que isso ocasionasse uma supervalorização do câmbio. Esta vinculação com uma moeda estrangeira deixaria de ser provisória e passaria a ser uma “regra” permanente a ser seguida, como forma de garantir a continuação dos programas de estabilização econômica, mesmo que com isso ocorresse uma perda de soberania monetária e de competitividade. Segundo Batista, a supervalorização do câmbio geraria efeitos negativos em relação a competitividade das exportações, que seria um grande problema para os países da América Latina exportadores de produtos primários. O aumento da taxa de câmbio tornam as importações mais baratas, causando, conseqüentemente, uma redução no volume de vendas das empresas nacionais (BATISTA, 1994, p.25).

O Embaixador Paulo Nogueira Batista relata em sua obra “O Consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos” escrito em 1994, o que o país viveu naquele período de ideário neoliberal:

“O Brasil vive, por conseguinte, momento delicado. As classes dirigentes se acham minadas pela visão neoliberal, e já conformadas com um status menor para o país no cenário mundial. Em amplos setores da elite, intelectual e econômica de direita, de centro e até de esquerda – já se admite, pelo menos implicitamente, que o país deve abrir mão de seu destino natural de nação política e economicamente independente. (...) Fala-se com desprezo da base industrial – “o carro nacional é uma carroça”, proclamava Collor sem satisfação – como se fosse possível deixar cair um patrimônio que mal ou bem nos colocava, em termos absolutos, entre as primeiras dez economias do mundo. Está prestes a entrar em vigor reforma monetária ortodoxa pela qual a nova moeda – o real – deverá ser vinculada ao dólar, por tempo indeterminado, com consequências imprevisíveis sobre a competitividade internacional do nosso parque industrial e sobre a nossa autonomia de decisão macroeconômica” (BATISTA, 1994, p.29).

Muitos estudiosos que defendem as políticas neoliberais acreditam que a adoção dessa ideologia por parte das economias subdesenvolvidas é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico do país, pois deixam a economia mais competitiva devido a política do livre comércio e faz os preços e o nível da inflação caírem. Porém, muitos críticos acreditam que o neoliberalismo só beneficia as grandes potências, já que nos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, causa aumento no nível de desemprego, queda nos salários, maior dependência do capital externo e maior desigualdade social.

De acordo com Batista a "burocracia washingtoniana" apresentava várias contradições e incoerências com o que os países desenvolvidos praticavam e era inadequada, já que estas políticas foram aplicadas de maneira uniforme em todos os países da região sem levar em conta o tamanho do país, seu estágio de desenvolvimento ou os problemas que cada um estava sofrendo. O resultado das políticas neoliberais, apesar de todo o esforço da imprensa para mostrar apenas o lado positivo, foi bem pequeno. O lado positivo está ligado com um estabilização monetária e também com um equilíbrio fiscal. O lado negativo: o aumento do desemprego, da pobreza e tensão social (BATISTA, 1994, p.26).

Concluindo, este modelo ortodoxo poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, onde existia um mercado com concorrência mais ou menos perfeita, com empresas de pequeno porte que geralmente eram gerenciadas pelos seus próprios proprietários, totalmente diferente das grandes empresas que fazem parte do capitalismo moderno, que são dirigidas por executivos e não mais pelos proprietários. Empresas que fazem parte de um oligopólio de

concorrência imperfeita. Ora, um dos princípios do neoliberalismo para a manutenção da ordem natural é que o mercado seja de concorrência perfeita, pois o equilíbrio só será alcançado se os agentes tiverem total conhecimento do mercado. Porém, é preciso destacar seu caráter contraditório, já que ninguém é capaz de possuir o perfeito conhecimento do mercado, principalmente no capitalismo moderno do século XXI, composto por grandes corporações (BATISTA, 1994, p.19; CARCANHOLO, 2002, p.22).

As políticas neoliberais adotadas pelos países latino-americanos, como poderemos ver melhor no próximo capítulo, causou um elevado aumento no nível de concentração de renda, de desemprego e pobreza e insegurança social. A nova diretriz política não cumpriu com o que prometeu e deixou marcas profundas nas economias periféricas. Ao contrário do que muitos defensores do pensamento neoliberal afirmavam um Estado economicamente era cada vez mais importante para o desenvolvimento das nações capitalistas.

### **Capítulo 3: Desenvolvimentista ou Neoliberal – Qual dos dois modelos teria sido o mais adequado para o desenvolvimento latino-americano?**

#### **3. Desenvolvimento das economias latino-americanas – Cepal e Consenso de Washington**

Nesta sessão faremos uma análise dos dois modelos que foram adotados pelos países latino-americanos, o primeiro proposto pela Cepal, o desenvolvimentista, e o segundo proposto pelo Consenso de Washington, o neoliberal, a fim de concluir qual ideário teve impacto mais positivo para o Brasil. A partir de uma comparação entre os dois modelos podemos notar que os mesmos apresentam poucos pontos de convergência e inúmeras divergências. O primeiro se destaca pela participação do Estado como condição indispensável para a industrialização e conseqüentemente o desenvolvimento. Já o segundo alega que o Estado não deveria intervir e que as relações econômicas seriam capitaneadas pelo mercado. Mas afinal qual dos dois modelos propostos foi o melhor para o desenvolvimento da economia brasileira?

##### **3.1 Análises dos modelos de desenvolvimento**

A América Latina tem sido estudada e analisada por diferentes pensadores com posturas teóricas e ideologias distintas. Sua trajetória econômica foi permeada por ciclos de prosperidade e depressão no comércio de exportações, o que acabou dificultando o desenvolvimento da região. Os países que compõem o bloco apresentam várias semelhanças. Trata-se de economias que tiveram seu processo de industrialização tardia e apresentam sua estrutura produtiva baseada na especialização de produtos primários, tornando-se conhecidos como países primário-exportadores.

Como citado anteriormente, depois da Grande Depressão de 1930, o país rompe com a visão de uma economia agro-exportadora e parte para o processo de industrialização. A partir dos anos 60 ocorre uma mudança no perfil populacional que passa de rural para urbana. A partir daí nota-se dois períodos em relação ao comportamento do crescimento e desenvolvimento econômico. O primeiro que foi proposto pela Cepal, o desenvolvimentista que se estende do pós-guerra até a crise de 1980. O segundo, o neoliberal, que passou a vigorar no Brasil nos anos 90 com a posse do novo presidente Collor de Mello. No modelo desenvolvimentista, a substituição

das importações e o fortalecimento do mercado interno eram os “pré-requisitos” para a industrialização do bloco e o rompimento com a visão de países primário-exportadores. Neste modelo o Estado desempenhava um papel fundamental para que ocorresse o desenvolvimento. Já a política neoliberal foi imposta na América Latina através do Consenso de Washington, propunha exatamente o contrário das idéias desenvolvimentistas. Estes afirmavam que um Estado mínimo, o livre comércio e as privatizações das empresas estatais eram “peças chaves” para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento. Faremos agora uma breve análise dos dois modelos de desenvolvimento econômico a fim de concluir em que período o Brasil apresentou melhores índices de crescimento econômico, emprego, e distribuição de renda.

### **3.2 Crescimento Econômico brasileiro**

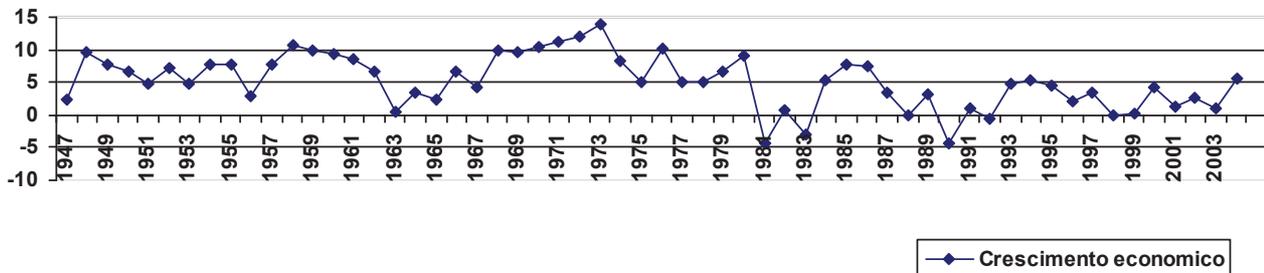
A forma mais tradicional de se medir o crescimento econômico de um país é analisando o crescimento do seu produto interno bruto (PIB). Dizer que um país está crescendo economicamente não significa necessariamente que esteja ocorrendo um desenvolvimento; pois junto com este crescimento é vital que haja um processo sólido de redistribuição de renda. Quando este crescimento fica concentrado nas mãos da minoria, significa dizer que somos uma nação rica de muitos pobres. O crescimento econômico se for repartido de forma igual entre toda a população, é fundamental para reduzir o nível de pobreza, e melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH)<sup>2</sup>, pois além de aumentar a renda geral, este proporciona para as classes mais baixas um aumento em seu poder aquisitivo.

O gráfico abaixo nos mostra a variação real do PIB durante o período desenvolvimentista e neoliberal.

---

<sup>2</sup> IDH: é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer

Gráfico 2: Variações do PIB brasileiro (1947 – 2004)



Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IPEADATA

Tabela 6: Variações PIB (1947-2004)

<b>1947</b>	2,4	<b>1958</b>	10,8	<b>1969</b>	9,5	<b>1980</b>	9,2	<b>1991</b>	1,03	<b>2002</b>	2,66
<b>1948</b>	9,7	<b>1959</b>	9,8	<b>1970</b>	10,4	<b>1981</b>	-4,25	<b>1992</b>	-0,47	<b>2003</b>	1,15
<b>1949</b>	7,7	<b>1960</b>	9,4	<b>1971</b>	11,34	<b>1982</b>	0,83	<b>1993</b>	4,67	<b>2004</b>	5,71
<b>1950</b>	6,8	<b>1961</b>	8,6	<b>1972</b>	11,94	<b>1983</b>	-2,93	<b>1994</b>	5,33		
<b>1951</b>	4,9	<b>1962</b>	6,6	<b>1973</b>	13,97	<b>1984</b>	5,4	<b>1995</b>	4,42		
<b>1952</b>	7,3	<b>1963</b>	0,6	<b>1974</b>	8,15	<b>1985</b>	7,85	<b>1996</b>	2,15		
<b>1953</b>	4,7	<b>1964</b>	3,4	<b>1975</b>	5,17	<b>1986</b>	7,49	<b>1997</b>	3,38		
<b>1954</b>	7,8	<b>1965</b>	2,4	<b>1976</b>	10,26	<b>1987</b>	3,53	<b>1998</b>	0,04		
<b>1955</b>	8,8	<b>1966</b>	6,7	<b>1977</b>	4,93	<b>1988</b>	-0,06	<b>1999</b>	0,25		
<b>1956</b>	2,9	<b>1967</b>	4,2	<b>1978</b>	4,97	<b>1989</b>	3,16	<b>2000</b>	4,31		
<b>1957</b>	7,7	<b>1968</b>	9,8	<b>1979</b>	6,76	<b>1990</b>	-4,35	<b>2001</b>	1,31		

Fonte: IPEADATA

Podemos notar que no período desenvolvimentista, descontando o período de reversão cíclica e crise política entre 1962 e 1965, a taxa de crescimento oscilava de 5% a 10% enquanto no período de transição até o neoliberal (1980 a 1999) as taxas de crescimento passaram a oscilar, a grosso modo, de 0% a 5%, chegando a atingir um índice de -4,25 no ano de 1990. Podemos perceber então que durante o período desenvolvimentista, apesar as oscilações, o nível de crescimento econômico foi bem mais elevado que o apresentado no período neoliberal. De 1969 a 1973, período conhecido como “milagre econômico”, foi a época de maior crescimento

econômico durante a ditadura militar. A disponibilidade de capital externo juntamente com a determinação dos governos militares da época em fazer do Brasil um uma “potência emergente”, ocasionou um elevado investimento em indústrias de base de equipamentos de bens duráveis e de transformação. Este período também se destacou por elevadas taxas de crescimento econômico já registrado no país, em contra partida houve uma queda nos salários e também no aumento no nível de concentração de renda e de pobreza no país.

As empresas estatais também tiveram um papel fundamental no crescimento acelerado da economia no período do “milagre”. A participação do investimento público na formação bruta de capital fixo (FBCF) era maior que a do investimento privado. Segundo Souza (2009, p.77) foram as empresas estatais que alavancaram o investimento público no país. O crescimento anual médio de 1970-74 foi de 21,8%, conseqüentemente, sua participação no FBCF havia aumentado de 13,3% em 1965 para 23,3% em 1974. Enquanto isso, no setor privado esta taxa chegava apenas a 15,8%.

A atividade econômica, ao logo dos anos 90, apresentou níveis de crescimento muito lento, contrariando a ideia de que o retorno dos países da América Latina ao acesso ao crédito internacional permitiria um crescimento da economia a níveis mais expressivos como os apresentados nos anos 70 (BALTAR, 2003, p.110).

### **3.2.1 Crescimento, PEA e setores econômicos**

No final dos anos 60 e início dos anos 70 o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento econômico. Durante este período ocorreu um aumento em sua população total, devido as migrações, ocasionando um rápido processo de urbanização no país. A população economicamente ativa, conseqüentemente, também cresceu (DEDECCA, 2003, p.74). A tabela abaixo nos mostra a relação entre o PIB/PEA, de 1950 até o final dos anos 70, período desenvolvimentista, dos anos 80 período de transição e 90, período neoliberal.

Tabela 7: Taxas anuais de crescimento econômico do PIB e da PEA – Brasil (1951 – 2000)

	PIB (A)	Taxas anuais de crescimento		
		PEA (B)	(A)/(B)	
1951-1960		7,7	1,1	7,1
1961-1970		6,2	4,5	1,4
1971-1980		8,6	3,9	2,2
1981-1990		1,6	3,1	0,5
1991-2000		2,5	3,2	0,8

Fonte: Dedecca - 2003

Durante o período desenvolvimentista o nível de crescimento do PIB foi maior que a da PEA, em contraste com o período neoliberal, onde o produto interno bruto apresentou taxas inferiores ao crescimento da PEA. A relação PIB/PEA nos anos 80 e 90 apresentou um comportamento mais decadente do que o apresentado nos anos 60, fase em que ocorrera uma estabilização econômica e possibilidades de retomada do crescimento (DEDECCA, 2003, p.75). Na década de 90 o país apresentou um crescimento econômico muito lento. Segundo Baltar (2003, p.113) “o retorno do crédito internacional permitiu ao Brasil cinco anos de ativação da economia, mas não foi possível sustentar um crescimento do produto que pudesse elevar mais substancialmente a renda per capita.” A próxima tabela nos mostra as taxas de crescimento do PIB em cada setor da economia.

Tabela 8: Taxas anuais de crescimento econômico do PIB por setor de atividade econômica – Brasil (1951 – 2000)

	Taxas anuais de crescimento			
	Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3
1961-1970	6,2	7	6,3	3,7
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4
1991-2000	2,5	2,9	2,7	3,2

Fonte: Dedecca - 2003

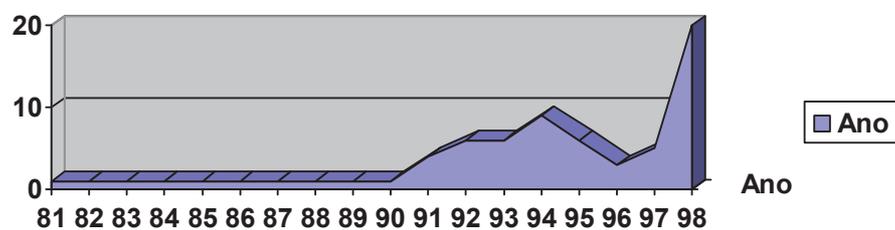
Analisando o desempenho médio do PIB de cada setor da economia podemos perceber que a partir dos anos 90 o crescimento do setor industrial apresentou níveis inferiores aos dos demais setores, inclusive ao da agropecuária. Isso acontece devido as políticas neoliberais, que impunham uma “volta ao passado”, onde o país se especializaria em produtos nos quais ele

possuía certas vantagens, no caso brasileiro e dos demais países latino-americanos seria na produção de produtos primários. Os neoliberais não acreditavam na importância do setor industrial para o crescimento do país. Esta política era apresentada como forma de modernidade, por seus defensores e pregava uma regressão a padrões pré-industriais. Como já citado no capítulo 2, a própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo a FIESP, publicou em 1990, um documento com uma proposta de revalorização da agricultura de exportação, ou seja, deixar para trás todo o processo de industrialização que o país já havia alcançado, e voltar aos padrões de pré-crise de 1929, dedicando-se a produção de produtos primários mais ou menos homogêneos destinados a exportação.

### 3.3 Privatização X desemprego

A implantação do neoliberalismo foi o ponto de partida para alavancar o processo de privatização, gerando uma enorme onda de desemprego que abalou o país. Apesar da resistência por parte do Estado desenvolvimentista, até o final dos anos 80, as privatizações avançaram de forma acelerada no país depois dos anos 90. As privatizações acarretaram a limitação do poder do Estado na economia, transferindo assim esta responsabilidade para o setor privado. Uma das “regras” impostas pela política neoliberal eram as privatizações das empresas estatais. O gráfico abaixo nos mostra a velocidade com que aconteceram as privatizações no período neoliberal.

Gráfico 3: Privatizações do Brasil (1981 – 1998)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Almeida 2009

Durante o período de transição até o começo dos anos 90 poucas privatizações foram feitas. A partir dos anos 90, período em que foi implantado o neoliberalismo no país, as privatizações aconteceram de forma mais acelerada, principalmente de 1994 a 1998, durante o governo FHC. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente brasileiro a adotar as idéias neoliberais no país. A primeira empresa a ser privatizada no país foi a USIMINAS (ALMEIDA, 2009, p.114). Sua privatização gerou bastante polêmica, pois, das empresas estatais, esta era uma das mais lucrativas. Os defensores das políticas desenvolvimentistas tentaram mostrar a necessidade da preservação das empresas estatais. Ocorreram várias resistências às privatizações por parte do Estado desenvolvimentista, pois estes alegavam que as empresas estatais eram um patrimônio nacional. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que a ideologia neoliberal se mostrou com força suficiente para consolidar o “Estado Mínimo”. Este, ao contrário dos demais governos anteriores (Collor e Itamar) contou com o apoio de outros partidos, para que as idéias neoliberais fossem implantadas no país (ALMEIDA, 2009, p.116).

Segundo Batista (1994) em alguns casos não ocorreu apenas privatizações, mas sim desnacionalizações. A Aerolineas Argentinas, por exemplo, passa da propriedade do governo argentino para a da Ibéria, empresa controlada pelo Estado espanhol (BATISTA, 1994, p.21). No caso brasileiro temos o exemplo da Telesp que foi comprada pela Telefônica de España.

Tanto os grupos empresariais estrangeiros quanto as nacionais, que estavam interessados em se apropriar das estatais, não estavam dispostos a pagar o preço que realmente elas valiam. Para resolver o “problema” o ex-presidente Collor estabeleceu que as propriedades públicas poderiam ser trocadas por “moedas pobres”. Estas “moedas pobres” eram títulos definidos pelo governo brasileiro como papéis que seriam trocados por ações de empresas estatais. A própria USIMINAS, que tinha seu patrimônio avaliado na época entre 8 a 10 bilhões de dólares foi vendida por apenas 1,94 bilhões de dólares, pagos com “moeda pobre” (SOUZA, 2008, p.212-214). O Estado então começou a desfazer-se do patrimônio público a preços relativamente muito baixo. Rogério Cerqueira Leite<sup>3</sup>, físico coordenador geral da UNICAMP, em uma matéria publicada na Folha de São Paulo (1979), argumentava que em 20 anos iria ocorrer uma total desnacionalização da economia brasileira. Cerqueira também afirma que o país precisava encontrar meios de defender a indústria nacional, pois se a moeda nacional caísse ainda mais em

---

<sup>3</sup> Rogério Cerqueira Leite: cientista e professor da Unicamp, lidera estudos que indicam como deve se organizar a produção do país.

relação ao dólar o Brasil ia ficar tão barato que segundo suas palavras “poderia ser comprado até por telefone” (ALMEIDA, 2009, p.118 apud *F. S. P.*, 17/1/7).

A tabela abaixo nos mostra as primeiras privatizações ocorridas no Brasil após a implantação da ideologia neoliberal.

Tabela 9: Empresas Estatais privatizadas após 1990

<u>Sigla</u>	<u>Nome da Empresa</u>	<u>Data da venda</u>
USIMEC	Usiminas Mecânica S.A	24/10/1991
USIMINAS	Usinas Siderúrgica de MG S.A.	24/10/1991
CELMA	Cia Eletromecânica	1/11/1991
MAFERSA	Mafersa S.A.	11/11/1991
COSINOR		
DIST	DIST Cosinor Distribuidora S.A.	14/11/1991
COSINOR	Cia Siderúrgica do Nordeste	14/11/1991
SNBP	Serviço de Navegação da Baía do Prata	14/1/1992
AFP	Aços Finos Piratini S.A.	14/2/1992
PETROFLEX	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	10/4/1992
COPEL	Cia Petroquímica do Sul	15/5/1992
ALCANORTE	Alcalis do Rio Grande do Sul	15/7/1992
CNA	Cia Nacional de Álcalis	15/7/1992
CST	Cia Siderúrgica de Tubarão	23/7/1992
FOSFERTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.	12/8/1992
GOIASFERTIL	Goiás Fertilizantes S.A.	8/10/1992
FASA	Forjas Acesita S.A.	23/10/1992
ENERGETICA	Acesita Energética S.A.	23/10/1992
ACESITA	Cia Aços Especiais Itabira	23/10/1992
FEM	Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	2/4/1993
CSN	Cia Siderúrgica Nacional	2/4/1993
ULTRAFERTIL	Ultrafertil S.A. Ind. e Com. De Fertilizantes	24/6/1993
COSIPA	Cia Siderúrgica Paulista	20/8/1993
AÇOMINAS	Aço Minas Gerais S.A.	10/9/1993
PQU	Petroquímica União S.A.	25/1/1994
CARAIBA	Mineração Caraíba Ltda	27/7/1994
NEIVA	Indústria Aeronáutica Neiva S.A.	7/12/1994
EAI	Embraer Aviation Internacional	7/12/1994
EAC	Embraer Aircraft Corporation	7/12/1994
EMBRAER	Empresa Bras. De Aeronáutica S.A.	7/12/1994
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11/7/1995
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.	21/5/1996
CVRD	Cia Vale do Rio Doce (e 13 subsidiárias)	6/5/1997
MERIDIONAL	Banco Meridional do Brasil S.A	4/12/1997
	12 novas controladoras abrangendo todas as empresas que compunham o sistema Telebrás (Embratel, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular)	
TELEBRÁS		29/7/1998
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A	15/9/1998
	Datamec S.A. Sistemas de processos de dados	
DATAMEC		23/6/1999

Elaboração Própria

As empresas que estavam sendo privatizadas não eram empresas quaisquer, mas sim as que garantiam o desenvolvimento do país, muitas delas prestadoras de serviços essenciais para o bem estar da sociedade. As empresas estatais eram de grande importância na geração de empregos. Com as privatizações, além da persistência das perdas salariais, os trabalhadores também tiveram que enfrentar o problema do aumento no nível de desemprego (ALMEIDA, 2009, p.4 apud POCHMANN, 2001, p.51-78). As privatizações, muitas vezes até desnacionalização, agravaram um problema que já era crítico nos países da região: o desemprego. Segundo dados do Dieese, o nível de desemprego registrado na maior cidade do país, só agravou depois dos anos 90 quando começaram as primeiras privatizações.

Tabela 10: Nível desemprego na cidade de São Paulo (1986 -1999)

Ano	Nível de desemprego
1986	9,6
1987	9,2
1988	9,7
1889	8,7
1990	10,3
1991	11,7
1992	15,2
1993	14,6
1994	14,2
1995	13,2
1996	15,1
1997	16
1998	18,2
1999	19,3
2000	17,6

Fonte: Dieese

Segundo Almeida, a implantação das políticas neoliberais ocasionou uma diminuição nos direitos trabalhistas, principalmente nas economias subdesenvolvidas de maior dependência externa (ALMEIDA, 2001, p.11). As privatizações prejudicaram milhões de trabalhadores de diversos setores, pois aumentaram ainda mais a onda de desemprego no país, situação semelhante ao que vinha acontecendo aos demais países que adotaram a ideologia neoliberal (ALMEIDA, 2001, p.157). Ao contrário dos defensores das políticas desenvolvimentistas, o desemprego não

fazia parte das preocupações dos neoliberais, pois estes acreditavam o problema seria resolvido pela auto-regulação do próprio mercado. As privatizações não ocorreram sem deixar marcas profundas para os trabalhadores, como a perda dos direitos trabalhistas e o aumento do nível de desemprego.

### 3.4 Desigualdade Social e distribuição de renda

A desigualdade social acontece quando existe uma má distribuição de renda<sup>4</sup>. Este problema afeta várias economias mundiais, mas os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento são os que sofrem mais com este problema. Em comparação com as economias centrais, os países da América Latina, principalmente o Brasil, se destacam por apresentarem uma elevada desigualdade em sua distribuição de renda. Nos quatro períodos analisados: 1960, 1970, fim do modelo desenvolvimentista, 1980, período de transição e 1991, ano em que o idealismo neoliberal foi implantando no Brasil, a desigualdade social só vem aumentando. De acordo com dados do IBGE a desigualdade social apresenta um índice mais elevado no período neoliberal.

Tabela 11: Índice de desigualdade social no Brasil

Ano	Índice de Gini
1960	0,497
1970	0,565
1980	0,592
1991	0,637
2000	0,61

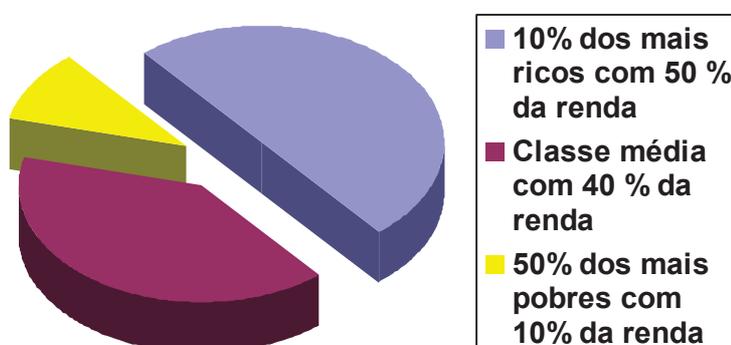
Fonte: IBGE

Segundo Pochmann, presidente do IPEA em uma entrevista para o BBC Brasil, “para um país não ser primitivo, este índice precisa estar abaixo de 0,45” (GLYCERIO, 2008).

<sup>4</sup> Distribuição de renda é como a renda nacional é dividida entre as pessoas que contribuem de alguma forma (direta ou indiretamente) para sua produção.

Nos três anos analisados o país apresentou índices superiores a 0,45%. Isto só vem mostrar que o problema sempre existiu, porém veio a piorar no período neoliberal. Muitos críticos atribuem este aumento na desigualdade social às políticas neoliberais, pois eles acreditam que estas causam uma elevação no nível de desigualdade e uma má distribuição de renda. Dados do IBGE mostram que em 1999 a maior parcela de renda está nas mãos de uma pequena parcela da população brasileira. O gráfico abaixo nos mostra melhor esta situação.

Gráfico 4: Distribuição de renda no Brasil – 1999



Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do IBGE

O Brasil e toda América Latina sofreu e ainda sofre com o problema da má distribuição de renda, porém este índice foi maior no período neoliberal. Uma distribuição de renda mais igualitária e a erradicação da pobreza são alguns dos grandes desafios do país. No âmbito econômico é fundamental promover um programa de desenvolvimento que combine crescimento econômico com desenvolvimento, geração de emprego e melhoria na qualidade de vida da população.

### 3.5 A segunda década perdida

No período conhecido como “segunda década perdida”, o Brasil passou a apresentar um nível assustador de desemprego e exclusão social. Todos esses problemas enfrentados pelos trabalhadores na década de 90 estavam ligados às políticas neoliberais. Problemas como desemprego, desigualdade e concentração de renda sempre estiveram presente no país, mas seus níveis pioraram devido à adoção da ideologia neoliberal. As privatizações elevaram ainda mais o nível de desemprego no país, e a total abertura comercial facilitou a entrada de mercadorias estrangeiras a preços competitivos, prejudicando o mercado interno. A tabela abaixo nos mostra a quantidade de U\$ milhões das exportações e importações do Brasil no período de 1988 a 1998.

Tabela 12: Balança Comercial: Exportações e Importações (U\$ milhões)

	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.576
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)
1996	47.747	53.303	(5.556)
1997	52.987	61.351	(8.364)
1998	51.120	57.550	(6.430)

Fonte: Banco Central do Brasil

Podemos perceber que ao longo dos anos as importações vêm crescendo, chegando em 1995 a 1998, apresentar níveis superiores aos das exportações causando um déficit no balanço de pagamentos, e podendo gerar um aumento na dívida externa. Com a total abertura comercial, muitas empresas nacionais privadas foram a falência por não conseguir competir com os produtos estrangeiros. Segundo Baltar (2003, p.111) estes desequilíbrios no balanço de pagamentos prejudicam a continuidade de um crescimento expressivo do produto.

Um dos pontos de maior controvérsia do neoliberalismo é a defesa da teoria de auto-regulação do mercado onde toda oferta cria sua própria procura. Esta “lei dos mercados” não

admitia que houvesse desemprego em uma sociedade capitalista. Esta entra em contradição, pois vimos que o nível de desemprego cresceu ainda mais depois dos anos 90.

O rompimento da visão de nação primário-exportador, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, se deu devido as políticas desenvolvimentistas. A industrialização desses países aconteceu não devido a uma “dádiva” da “mão invisível” do mercado, mas sim pela iniciativa do Estado desenvolvimentista. Desta maneira, apesar de algumas distorções, romper com este modelo de desenvolvimento é também romper com os poucos benefícios conquistados pela classe trabalhadora. “Do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, o neoliberalismo representa um retrocesso na história da humanidade.” (ALMEIDA, 2009, p.19).

## CONCLUSÃO

Através da análise dos dois modelos de integração regional propostos para o desenvolvimento da América Latina podemos perceber que durante o período neoliberal problemas sociais como, desemprego e concentração de renda só vieram a piorar. Apesar de todo mito criado pelos defensores neoliberais em torno desta ideologia que nos levaria a modernidade, os desastrosos resultados da implantação deste consenso nos mostra exatamente o contrário. As privatizações causaram uma elevação no nível de desemprego e a abertura comercial prejudicou as indústrias nacionais. A concentração de renda, que sempre foi um problema que assombrou nosso país, de acordo com dados do IBGE, também só veio a piorar com a adoção deste novo modelo de desenvolvimento. Deve-se lembrar também, como já foi visto no capítulo 3, que ao contrário dos defensores das políticas desenvolvimentistas, o desemprego não fazia parte das preocupações dos neoliberais, já que eles acreditavam que o problema era resolvido automaticamente pela “auto-regulação” do mercado. Porém, segundo dados do DIEESE, o índice de desemprego só vem aumentando depois dos anos 90. Um dos fatores responsável para este aumento está ligado ao processo de privatização, que iniciou uma onda de desemprego por todo o país. Desta forma, cabe ao Estado e não a “mão invisível”, promover o desenvolvimento econômico, a adoção de políticas de emprego e justiça social.

Podemos concluir então que, a nova diretriz política não cumpriu com o que prometeu, sendo reduzindo o nível de desigualdade e pobreza, ou criando uma nova estrutura de renda para a economia. O país apresentou um débil desempenho econômico durante a década de 90, e uma baixa capacidade de gerar novos empregos.

Temos todos os recursos para ser uma grande nação. O que necessitamos então é de um Consenso estabelecido aqui, um programa que combine crescimento com desenvolvimento econômico onde muitos tenham a ganhar. Nunca conseguiremos nos desenvolver plenamente através de consensos criados “de fora para dentro” que expressam mais os interesses externos do que os nossos, precisamos de Consenso nacional que envolva todos os problemas que o país enfrenta tanto no âmbito econômico quanto social. Necessitamos de um projeto que ofereça condições para que o Brasil seja uma nação mais justa e promissora para as gerações futuras.

**BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Manoel Donato “Neoliberalismo, Privatizações e Desemprego no Brasil (1980-1998) Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo

ANDERSON, Perry “Balanço do Neoliberalismo” *in*: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra 1995

BALTAR, Paulo Eduardo de A. “Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990” *in*: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs) “Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90” São Paulo Editora: Unesp, Campinas, 2003

BASTISTA, Paulo Nogueira “Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos” 1994

BIELSCHOWSKY, Ricardo “Cinquenta anos de pensamento na Cepal” Editora Record, 2000

CARCANHOLO, Marcelo Dias “Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo” Editora Cortez, 1998

DEDECCA, Claudio S. “Anos 90: a estabilidade com desigualdade” *in*: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs) “Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90” São Paulo Editora: Unesp, Campinas, 2003

FURTADO, Celso “Formação econômica da América Latina” Editora: Lia S.A., Segunda Edição, Rio de Janeiro, 1970

FURTADO, Celso “Formação econômica do Brasil” Editora: Companhia das letras, Rio de Janeiro, 1959

GLYCERIO, Carolina “Desigualdade entre salários de ricos e pobres caiu 7%, diz IPEA” São Paulo, 2008, Disponível em:

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080623\\_salariosipea\\_cg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080623_salariosipea_cg.shtml)>

Acesso em: 06 de Julho de 2010

GREMAUD, Toneto Jr. e VASCONCELLOS “Processo de substituição de importações” 2002, Disponível em:

< <http://www.ufrgs.br/decon/VIRTUAIS/eco02209b/pasta/artigos/Importacoes.pdf>> Acesso em:

10 de Julho de 2010

TAVARES, Maria da Conceição “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – Ensaio sobre Economia Brasileira” Editora: Zahar, 1973

TAVARES, Maria da Conceição “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil - 1964” *in*: BIELSCHOWSKY, Ricardo “Cinquenta anos de pensamento na Cepal” Editora Record 2000

PREBISCH, Raúl “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais - 1949” *in*: BIELSCHOWSKY, Ricardo “Cinquenta anos de pensamento na Cepal” Editora Record 2000

RODRIGUEZ, Octavio “Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SOUZA, Nilson Araujo de. “Economia internacional contemporânea da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008.” - São Paulo: Atlas 2009

SOUZA, Nilson Araujo de. “Economia brasileira contemporânea de Getulio a Lula.” – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008